

Ata nº 04/2024

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro reuniu, em reunião ordinária, a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural de Chaves, sito em Chaves, com início às nove horas e vinte minutos e término às treze horas e dez minutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Antes da Ordem do Dia -----

Ordem do Dia: -----

PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 26 DE JUNHO DE 2024; -----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

PONTO 3 - 2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2024. INFORMAÇÃO Nº 18/DDEF/2024; -----

PONTO 4 - REGULAMENTO MUNICIPAL DO DIREITO À HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 101/GAPV/2024; -----

PONTO 5 – 2.ª E 3.ª ADENDAS AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA Nº ARSN_006/2023 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE. PROPOSTA Nº 106/GAPV/2024; -----

PONTO 6 - PISCINAS MUNICIPAIS DE CHAVES – ENTRE A RUA DR. JOÃO MORAIS E ALAMEDA DE TRAJANO, NA FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 687/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ARQUITETO JOSÉ PAULO ROXO, DATADA DE 26/08/2024; -----

PONTO 7 - PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DE CHAVES – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO PLANO – INFORMAÇÃO Nº 605/DA/2024, DO CHEFE DE DIVISÃO ENG.º PAULO VALOURA DE 30.08.2024; -----

PONTO 8 - PROPOSTA DE DOAÇÃO DA “ESCOLA PRIMÁRIA DE MAÇOS”, EM VISTA À PROSECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA FREGUESIA. DONATÁRIA: FREGUESIA DE NOGUEIRA DA MONTANHA. PROPOSTA Nº 105/GAPV/2024; -----

PONTO 9 – PROPOSTA DE DOAÇÃO DE TERRENO EM VISTA À AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DA POVOAÇÃO DE EIRAS. DONATÁRIA: FREGUESIA DE EIRAS, SÃO JULIÃO DE MONTENEGRO E CELA. PROPOSTA Nº 109/GAPV/2024; -----

PONTO 10 – FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO – APOIO FINANCEIRO RELATIVO AO ANO LETIVO DE 2024/2025. PROPOSTA Nº 104/GAPV/2024; -----

PONTO 11 - CASA GRANDE DO SEIXO – NOBREXPOENTE, LDA. – LICENÇA DE PUBLICIDADE - INFORMAÇÃO Nº 14 /DDEF/2024; -----

PONTO 12 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA PADRE JOAQUIM MARCELINO FONTOURA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, – PROCESSO Nº 406/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 464/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 12/06/2024; -----

PONTO 13 – SOLICITA MARCAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA – NA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES, NA FREGUESIA DE



SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO N.º 434/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 468/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 13/06/2024; -----

PONTO 14 – COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA RAINHA DONA LEONOR, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, – PROCESSO N.º 546/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 524/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 26/06/2024; -----

PONTO 15 - SOLICITA LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE – NO CAMINHO VELHO DO SEARA, NA FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - PROCESSO N.º 635/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 639/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 02/08/2024; -----

PONTO 16 – COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA DO VALE DO GROU, JUNTO AO CRUZAMENTO COM A RUA DO ESTÁDIO, FREGUESIA DE BUSTELO, – PROCESSO N.º 669/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 660/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 08/08/2024; -----

PONTO 17 – COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NO LARGO DO PICADEIRO, NA FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 702/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 02/09/2024. -----

Presidiu a esta reunião da Assembleia Municipal de Chaves, **Altamiro da Ressurreição Claro**, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Chaves. -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia estiveram presentes os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, José Francisco de Resendes Carreiro, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Abílio do Nascimento Ramos, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, Ricardo Vassal Coutinho e Nuno Miguel Claro da Silva. -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmiento, António José dos Santos, André Fontoura Faria, Olga Machado Ferreira, João Luís Gonçalves Rodrigues, Pedro Miguel Vieira Miranda, Gilberto Gomes Alves e Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo de Independentes: Helena Cristina Gonçalves Santos e Vítor José Gomes. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, de Cimo de Vila da Castanheira - Lúcia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) – Luís Saraiva Garcia, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Sanfins – Sara Cristina Trinta Moraes, de Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, em representação de Santo Estevão - António Manuel da Costa Ramos, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Adma Ribeiro Ibrahim, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro



Lopo, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Antero Luís Ginja, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras) – Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage. -----

Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de Deputados da Assembleia Municipal: Michele Alexandra Rodrigues Costa, do PSD, Cristina Maria Inocência Imaginário, pelo PS, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, do PSD, Francisco António Pinho Peixeiro, do PS, Anabela Maria Neves Martins, do PSD, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, do PSD, Joana Maria Machado Borges, do PS, Manuel Guerra Afonso, do PS, Maria Adalgisa Portugal Ferreira da Silva Babo, do PS, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, do PS, José Carlos Carvalho Fernandes, Luíz Mário Alves Carneiro, do PS-----
Presidentes de Junta de Freguesia: Santo Estevão – Maria José de Sena Barros. -----

Faltaram: -----

Grupo Municipal do PSD: Maria José Alves Portela e Paulo Alexandre Gomes da Cunha. -----

Grupo Municipal do PS: António Jorge de Sousa Pinto de Barros, Lara Beatriz Pinheiro de Melo e Carolina Rodrigues de S. Macanjo Ferreira. -----

Pelo Grupo de Independentes: Vítor Carlos Teixeira Pimentel. -----

Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira. -----

Pelo Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, foi declarada aberta a reunião, quando eram nove horas e vinte minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a Ordem do Dia previamente elaborada.

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse, Bom dia, cumprimento o senhor Presidente da Câmara Municipal, o primeiro e o segundo Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, os senhores e as senhoras Deputados Municipais, as senhoras e os senhores Presidentes de Junta, minhas senhoras meus senhores, todo o staff de apoio que em todas as reuniões das Assembleias Municipais nos dá um precioso apoio, muito obrigado também por esse trabalho que nós reconhecemos necessariamente, dirigir à Assembleia uma saudação depois deste período que devia ser de férias para todos, se calhar nem todos tiveram essa possibilidade, a vida é contingente, de qualquer maneira espero que venham com forças retemperadas para prosseguirmos neste nosso caminho de defesa da democracia. -----

Este é, de facto, um dos Órgãos representativos do Município, podemos até dizer que é o Órgão, em termos de representatividade plural, o que tem maior representatividade, porque estão praticamente todas as forças concorrentes, e por isso, eu fazia um apelo hoje a todos os Grupos Municipais, Independentes e a todos os Membros desta Assembleia à participação efetiva neste Órgão, porque, de facto, este Órgão será sempre aquilo que nós quisermos que ele seja e eu não gostaria de ver a Assembleia Municipal perder a importância que lhe é devida fruto, muitas vezes, da ausência dos próprios Membros. Portanto, eu fazia um apelo à participação dos Membros efetivos, tenho verificado que tem havido sistematicamente muitas substituições, estamos a um ano de terminarmos o nosso mandato e, portanto, eu apelava à participação de todos neste Órgão tão importante da democracia municipal, necessariamente, em conjunto com a Câmara Municipal que tem aqui também a sua representatividade através do senhor Presidente da Câmara, sem confundir as competências de ambos os Órgãos e que estão devidamente atribuídas. Portanto, é um apelo para um final de mandato participativo, porque este Órgão sem participação significa um Órgão sem vida e a nossa democracia municipal terá de ser sempre viva, participativa, democrática, dentro dos limites de uma democracia como a nossa, era isto que eu tinha para dizer. Vamos iniciar os trabalhos, passo a palavra ao primeiro Secretário a fim de transmitir as informações e correspondência que nos vai chegando e que nos chegou durante este período. Muito obrigado. -----



No uso da palavra, o primeiro Secretário da Mesa, **Anselmo José Martins**, disse, muito obrigado senhor Presidente, os meus cumprimentos a todos os presentes, passo à leitura da relação de documentos entregues no Gabinete de apoio ao Presidente e aos Vereadores e apoio ao Órgão Deliberativo desde 27/06/ 2024 a 24/09/2024. -----

De seguida e no uso da palavra o senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: Muito obrigado, no que respeita à questão das saudações iniciais, por vezes, por lapso ou por esquecimento, como não escrevo, esqueci-me dos senhores Vereadores, hoje também estão poucos, aqui na ala da direita, salvo seja, não quero com isto tecer nenhuma condenação, está um puco desfalcada, saudar os senhores Vereadores, o Vice-Presidente da Câmara, Dr. Francisco Melo, Engenheira Paula Chaves e o Dr. Nuno Coelho Chaves, portanto, saudar os senhores Vereadores. A vossa presença é fundamental nesta equipa que é a equipa da Câmara Municipal, portanto, uma saudação especial para vocês porque me esqueci na intervenção inicial, não foi menosprezar a importância da Vereação, pelo contrário, sabem da consideração que eu tenho por um lugar que eu também já desempenhei, portanto, muito obrigado. -----

Vamos continuar, eu gostaria de dar ênfase à Moção que nos foi enviada pela Presidente da Assembleia Municipal do Funchal, a seguir aos fogos que assolaram o nosso Concelho, manifestando a sua Solidariedade para com o Município de Chaves, é de assinalar essa Moção e desde já agradecemos e ficará em ata um agradecimento muito especial à Presidente da Assembleia Municipal e à Assembleia Municipal do Funchal por ter estado solidária connosco num momento difícil para o nosso concelho e também para o país, muito obrigado, é isto. Vamos continuar, entramos no Período de Antes da Ordem do Dia, mas, antes disso, temos uma Moção e eu pedia aos promotores da Moção que a pudessem ler. -

Grupo Municipal do Partido Social Democrata -----

MOÇÃO “Sobre os Incêndios Florestais”, tendo sido lida por João Luís Gonçalves Rodrigues, Deputado Municipal do Partido Social Democrata. -----

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, senhora Vereadora, senhores Deputados e senhoras Deputadas senhores e senhoras Presidentes da Junta, staff de apoio à Câmara Municipal de Chaves, comunicação social público aqui presente os meus cumprimentos. O Grupo Municipal do PSD, propõe à Assembleia municipal de Chaves que seja aprovada a seguinte moção sobre os incêndios florestais. ----

“MOÇÃO SOBRE OS INCÊNDIOS FLORESTAIS” -----

Considerando que: -----

1. Os fogos florestais trouxeram, uma vez mais, neste verão de 2024, a tragédia ao País, ao Distrito, em geral e ao nosso Concelho de Chaves, em particular, com milhares de hectares ardidos de que resultaram, infelizmente, algumas vidas perdidas, múltiplas casas, propriedades e explorações agrícolas afetadas, atividades económicas e empregos atingidos; -----

2. A dimensão trágica e brutal dos incêndios florestais é, consequência de décadas de políticas erradas, no mundo rural, na agricultura, na floresta, no abandono do interior, na liquidação de milhares de explorações agroflorestais, na desenfreada expansão do eucalipto, no desordenamento florestal e na falta de cumprimento mínimo da Lei de Bases da Política Florestal, da Estratégia Nacional das Florestas e do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, do encerramento e degradação de serviços públicos e das políticas de restrições orçamentais impostas pela União Europeia. -----

A Assembleia Municipal de Chaves, reunida no dia 25 de setembro de 2024, delibera o seguinte: -----

1. Manifestar às populações atingidas e, em particular às vítimas enlutadas famílias e amigos, o seu mais sentido voto de pesar e a sua mais profunda solidariedade fazendo um minuto de silêncio em sua memória; -----

2. Transmitir o mais sentido reconhecimento a todos os que, nas diferentes áreas da proteção civil, designadamente aos bombeiros e às forças de segurança, intervieram para minimizar danos e prejuízos e o continuam a fazer. -----

3. Reclamar junto do Governo os apoios necessários para que as corporações de Bombeiros Voluntários possam fazer face às despesas efetuadas no combate aos incêndios florestais. -----



4. Manifestar o respeito pela pequena e média agricultura e produção florestal e pecuária, como elementos essenciais à ocupação do território, e reclamar os apoios necessário ao seu desenvolvimento.
5. Sublinhar a importância de uma outra política florestal que assegure um ordenamento que ponha fim às manchas contínuas de monocultura e garanta o rendimento necessário aos produtores que permitam a gestão ativa da floresta. -----

Dar conhecimento da presente moção a suas Excelências, os Senhores Presidente da República, Primeiro Ministro, Ministros da Agricultura e Administração Interna. -----

Assembleia Municipal de Chaves -----

O Grupo Municipal do PSD/Chaves” -----

Não se registaram intervenções. -----

Foi guardado um minuto de silêncio. -----

Colocada à votação a MOÇÃO foi aprovada por unanimidade. -----

Seguidamente, deu-se entrada no Período de Antes da Ordem do Dia, tendo-se registado as intervenções dos senhores Deputados: -----

Maria Isabel Teixeira Carvalho de Cunha, pelo PSD, no uso da palavra disse: -----

“Bom dia a todos. -----

Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor e senhora Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidente de Junta, senhoras e senhores Deputadas e Deputados Municipais, trabalhadores presentes, membros da Comunicação Social, Senhoras e Senhores. -----

Na reunião da assembleia municipal de 30 de abril de 2019 informei esta assembleia sobre o estado em que se encontravam os embalses de água da serra do Brunheiro, tendo sido entregue um conjunto de fotos dos referidos embalses. O senhor presidente referiu que iria recolher informação sobre os mesmos e que daria nota a esta assembleia sobre qual a sua situação. -----

Como, até à data nada foi referido sobre o assunto, gostaria de perguntar ao senhor presidente que diligências foram efetuadas para se saber a quem cabe a responsabilidade da manutenção destas estruturas. -----

Gostaria também de saber que vantagens poderá ter, para a nossa região, a base aérea Verin-Oimbra recentemente inaugurada.” Muito obrigada. -----

Melissa Alexandra Carvalho Lopes, pelo PS, no uso da palavra disse: -----

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia, excelentíssimos senhora e senhor Secretários, excelentíssimo senhor Presidente, da Câmara Municipal, excelentíssimos senhora e senhores Vereadores, excelentíssimos, senhoras e senhores Presidentes de Junta, excelentíssimos senhoras e senhores Deputados Municipais, comunicação e demais presentes. -----

“É com grande entusiasmo que me dirijo a esta Assembleia para destacar um dos períodos mais vibrantes e significativos para a nossa cidade de Chaves: o verão. -----

Este ano, a nossa cidade foi palco de uma verdadeira celebração da cultura, da gastronomia e do lazer, refletindo um espírito de comunidade e hospitalidade, que tanto nos caracteriza. -----

O verão de 2024 foi marcado por uma oferta diversificada de festas e festivais, que atraíram milhares de visitantes e dinamizaram, de forma excecional, a economia local. Desde as tradicionais festas religiosas até ao Festival N2, Festa dos Povos, Aqua Whine Fest, Rali da Água Transibérico, passando pelas várias romarias e eventos culturais que se espalharam por todo o concelho, Chaves viveu um verão intenso e repleto de animação. -----

As noites de música, dança e confraternização trouxeram às ruas uma energia contagiante. O Festival de Verão de Chaves, os Concertos que ocorreram em distintas e icónicas praças e alamedas, e o teatro de rua transformaram-se em pontos de encontro para flavienses e turistas, destacando a riqueza cultural da nossa cidade. Estes eventos contribuíram não só para reforçar o orgulho local, mas também para promover Chaves como um destino turístico de excelência no norte do país. -----

Falemos agora de números. É sempre importante contextualizarmos o impacto positivo que estes momentos festivos têm na economia local. Durante os meses de julho e agosto, registou-se uma taxa de ocupação hoteleira a rondar os 90%. Alguns indicadores sugerem-nos uma estimativa de -----



aproximadamente 60.000 visitantes passaram pela nossa cidade neste período, contribuindo para um aumento significativo do volume de negócios na restauração e alojamento. -----

Este crescimento não se limita apenas ao setor hoteleiro e à restauração. Os pequenos comércios locais também beneficiaram da afluência de visitantes, com muitos a relatarem um aumento nas vendas durante os fins de semana de maior movimento, especialmente durante os festivais de música e as celebrações religiosas que marcam o nosso calendário. -----

A título de exemplo, o Festival Gastronómico do Bacalhau, que decorreu no final de maio, trouxe um aumento significativo nas vendas de produtos locais, nomeadamente o nosso famoso presunto, pastéis e vinho da região. Este evento, para além de ser uma celebração da nossa gastronomia, atraiu milhares de pessoas, consolidando-se como uma das referências culturais da região. -----

Outro ponto digno de destaque é a crescente internacionalização da nossa cidade. Este ano, recebemos turistas de países como Espanha, França e até do Brasil, atraídos pela autenticidade da nossa cultura e pela beleza natural que nos envolve. -----

É um sinal claro de que Chaves está a tornar-se um destino cada vez mais procurado, não apenas pelos portugueses, mas também por quem vem de fora. -----

É fundamental, no entanto, que este crescimento seja acompanhado por investimentos adequados na nossa infraestrutura turística. Acredito que devemos continuar a trabalhar em estreita colaboração com os agentes locais, nomeadamente os empresários do setor hoteleiro e da restauração, para garantir que Chaves continue a ser uma cidade atrativa, com capacidade de acolher de forma sustentável este número crescente de visitantes. -----

A melhoria contínua dos serviços, a preservação do património e o investimento na promoção turística são, sem dúvida, os pilares do nosso futuro. -----

Para concluir, o verão em Chaves é mais do que uma simples estação. -----

É uma época de celebração, de união e de prosperidade. -----

O sucesso deste ano reflete o esforço conjunto de toda a comunidade, e estou certa de que, com o mesmo empenho e visão, podemos continuar a afirmar Chaves como um destino de eleição, capaz de atrair e encantar quem nos visita.” -----

Muito obrigada. -----

Pedro Miguel Vieira Miranda, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

“Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Doutor Altamiro Claro e na sua pessoa cumprimentar também os senhores Secretários da Mesa desta Assembleia, cumprimentar o senhor Presidente da Câmara Municipal, e na sua pessoa cumprimentar também os senhores Vereadores e a senhora Vereadora, cumprimentar os Membros da Assembleia Municipal, cumprimentar os senhores e senhoras Presidentes de Junta de Freguesia, cumprimentar os funcionários da Câmara Municipal e demais publico presente. -----

O plano diretor municipal, é, ou pelo menos deveria ser um instrumento que estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, a política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, as opções de localização e de gestão dos equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos, integrando e articulando as orientações estabelecidas pelos programas de âmbito nacional, regional e intermunicipal. -----

Como é do conhecimento público, o senhor Presidente da Câmara Municipal, Doutor Nuno Vaz, promoveu e participou em 2 sessões de esclarecimento sobre a revisão do PDM, uma dirigida aos Presidentes de Junta de Freguesia e outra aos Municípios assim interessados, uma iniciativa escassa para a importância deste processo. -----

Com a atual proposta restringiu-se a zona de construção no geral, tanto dentro da cidade como fora, diminuindo assim a oferta de terrenos para construção, tornando os lotes elegíveis para construção mais caros, pois o mercado funciona na base da procura e da oferta, o que por consequência irá aumentar os preços da construção, dificultando ainda mais o acesso a habitação própria. -----

- Gostaríamos de saber qual a estratégia do município assente nesta revisão do PDM. -----

- Uma vez que acabou o prazo de discussão pública sobre a revisão do PDM; gostaríamos de saber qual o número de reclamações que existiram ao mesmo; -----

- Se já estão a dar andamento às respetivas reclamações e quais as probabilidades de haver mudança de alguma coisa com as reclamações recebidas; -----



- Foram os Presidentes de Junta auscultados durante este processo antes da dita sessão de esclarecimento? -----
- Sabendo de antemão, que é um processo demorado, qual a previsão para a finalização de todo o processo? -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos, cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara Municipal e, em geral todos os presentes nesta Assembleia Municipal. Primeiro uma nota curta registo e fico agradado, embora um pouco surpreendido por uma Moção do PSD, que é uma crítica profunda a todas as políticas dos Governos do PS e do PSD para o interior do País, às políticas da União Europeia, tenha sido aprovada por unanimidade, fico espantado, mas registo e acho positivo, nós, também, votámos a favor e, também temos a máxima solidariedade e queria aqui, expressar especificamente com as populações abrangidas pelos incêndios aqui e no resto do País e pelo trabalho notável das Autoridades, dos Autarcas, dos Bombeiros, da Proteção Civil e de todos. Segundo ponto decorrem nestes dias greves dos Enfermeiros e, dos Médicos a situação da saúde vai-se degradando no Serviço Nacional de Saúde de forma assustadora, na Unidade Hospitalar de Chaves, muito mais ainda! A perspetiva que existe neste momento em relação aos planos de contingência para o inverno é não abrir mais camas para as quais não há recursos humanos, mas sim transferir os doentes para Unidades do Setor Social ou Privado e, contratar à tarefa Médicos para permitir assegurar as equipas de urgência e o trabalho no internamento. Isto é mais um degrau que nós temos aqui sistematicamente denunciado na degradação do Serviço Nacional de Saúde e na degradação da Unidade Hospitalar de Chaves, não é por falta de instalações é por falta de recursos humanos, depois não se surpreendam se o Hospital caminhar para a desclassificação e sobre a qualidade de atendimento dos profissionais em relação aos doentes for decaindo. -----

Eu não sei aqui na região e aqui na Cidade, que Unidades Hospitalares Privadas ou do Setor Social podem acolher os doentes, não me recorde em trinta e cinco anos que sou médico de, aqui, na região se falar desta estratégia para resolver assuntos da Saúde. Preocupa-me que os dois Sindicatos de Enfermeiros e de Médicos que têm nos seus princípios a defesa dos direitos dos profissionais, mas também, a defesa intransigente do Serviço Nacional de Saúde, convoquem uma greve para a mesma altura perante a seriedade do processo que estamos a atravessar. Queria deixar aqui uma saudação fortíssima aos profissionais de Saúde, aos utentes e mais uma vez um apelo, um despertar das pessoas dos Presidentes de Junta, dos Eleitos Municipais, para a grave situação do Serviço Nacional de Saúde. Os Hospitais estão neste momento em rutura e não chegou o inverno, não há camas em nenhum serviço é bom que se refletisse sobre isso e é bom que as pessoas acordem para o que está a acontecer. -----

Milena Sofia Vieira de Melo, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos, começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Membros desta Assembleia, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, equipa de apoio, público em geral. -----

“A Carta Educativa é um documento de planeamento estratégico municipal que visa a promoção da igualdade de oportunidades educativas e a coesão social do território. -----

A Carta Educativa é a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico do Município. -----

Os objetivos da **Carta Educativa** são: -----

1 – A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente; -----

2 – A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação; -----



3 – A carta educativa deve promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis; -----

4 – A carta educativa deve incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos; -----

5 – A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas. -----

Que informações se podem encontrar na Carta Educativa e no Plano Educativo Municipal? -----

A Carta Educativa deve conter a caracterização da rede escolar (edificado e equipamentos), o diagnóstico concelhio, projeções de desenvolvimento demográfico e socioeconómico e uma proposta de intervenção ao nível da rede pública. -----

A quem compete a elaboração da Carta Educativa? -----

A elaboração da Carta Educativa compete à Câmara Municipal, sendo aprovada pela Assembleia Municipal após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação. -----

A Carta Educativa integra o Plano Diretor Municipal, estando sujeita a ratificação governamental, mediante parecer prévio vinculativo do Ministério da Educação. -----

Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro -----

Milena Melo” -----

Fernando Miguel Borges Valpaços, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora, senhores vereadores, presidentes de junta, membros eleitos, funcionários de apoio, comunicação social e demais público presente, bom dia a todos. -----

Em setembro de 2022 arrancava o primeiro ano letivo da licenciatura em Fisioterapia, criando assim a Escola Superior de Hotelaria e Bem-Estar do Instituto Politécnico de Bragança em Chaves, curso que se juntava aos já existentes Cursos-Técnicos Profissionais que o IPB lecionava em Chaves desde o ano de 2020. -----

A criação da EHB é um projeto ambicioso e diferenciador no panorama do ensino superior nacional que restituiu ao nosso concelho o ensino superior público. Regresso esse almejado não só pelo município flaviense, mas também por toda a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso. -----

Em marco do ano passado o IPB apostou na abertura de uma Pós-Graduação em Saúde e Bem-Estar, juntando assim mais uma oferta formativa à Escola Superior de Hotelaria e Bem-estar. -----

Já em março deste ano arrancaram as obras para a construção da nova residência de estudantes do IPB em Chaves. O AquaResidence, assim batizado, foi projetado para ter 120 camas para estudantes do ensino superior e ficará situada no Campus da Água, esperando-se que esteja concluído em junho de 2025 para receber os alunos do próximo ano letivo. -----

A infraestrutura, com um investimento superior a cinco milhões de euros, está a ser construída num terreno cedido pelo Município de Chaves em Outeiro Seco e resulta de uma candidatura do Instituto Politécnico de Bragança no âmbito do Plano Nacional de Alojamento Estudantil, apoiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência em 4,5 milhões de euros. -----

Esta nova residência de estudantes permitirá responder, em parte àquilo que são as necessidades habitacionais dos estudantes do Ensino Superior e contribuir ativamente para a resolução do problema da falta de habitação a preços acessíveis para os estudantes deslocados vindouros. -----

Em representação do Grupo Municipal do Partido Socialista venho aqui hoje destacar outro projeto do ensino superior em Chaves, a cerimónia de inauguração das instalações da Escola Superior de Hotelaria e Bem-Estar do Instituto Politécnico de Bragança que ocorreu na passada quinta-feira, dia 19 de setembro. Depois de dois anos a funcionar nas instalações do AquaValor, a licenciatura de fisioterapia, passa a dispor agora, de forma temporária, de mais 6 salas de aula, um ginásio de fisioterapia e uma sala técnica, para promoção da atividade pedagógica. -----

Pegando em algumas palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves e do Senhor Orlando Rodrigues, Presidente do IPB no dia da inauguração, este é mais um passo intermédio e importante para outros passos importantes, um projeto coletivo, prioritário e estratégico para o território do Alto Tâmega, afirmação do compromisso do IPB com a região, proporcionando boas condições de acolhimento aos estudantes. -----



Ora, isto só aconteceu porque o Município reuniu esforços e teve a capacidade de negociar proactivamente com distintas entidades. -----

A instalação da Escola de Hotelaria e Bem-Estar abriu um novo ciclo na vida do ensino superior em Chaves, uma esperança para todo o território do Alto Tâmega. -----

A aposta do Município e do Partido Socialista não é conjuntural nem de circunstância. -----

Podemos afirmar que esta vontade do IPB se instalar em Chaves não é uma decisão efémera e de circunstância, mas sim uma decisão madura e de compromisso com Chaves e com o Alto Tâmega. Obrigado.” -----

António José dos Santos, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos, cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, os senhores Secretários, cumprimento o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, a senhora Vereadora, senhores Membros desta Assembleia, senhoras e senhores Presidentes de Junta, pessoal de apoio a esta Assembleia, público em geral, comunicação social, bom dia a todos. Venho aqui, novamente, porque prometi na última Assembleia vir aqui confrontar o senhor Presidente da Câmara relativamente à minha intervenção e também relativamente às suas respostas, começo por dizer o seguinte, na ata que daqui a pouco vamos aprovar, em determinada altura, o senhor Presidente afirma: -----

“Penso que a Assembleia já conhece verdadeiramente a minha forma de ser e de estar e a do senhor membro desta Assembleia, queria, sobre isso, dizer o seguinte, se, efetivamente, não sabia, não afirmava, se queria inteirar-se, inteirava-se antes, não depois e, portanto, vir fazer afirmações sem ter a certeza e depois vem aqui dizer em defesa que se vai inteirar a seguir, eu acho que devia ter feito o trabalho de casa que não fez.” “A única coisa que disse e reitero,” palavras do senhor Presidente *“é que não falou verdade, é que quando se fazem intervenções, têm que ser melhor preparadas, só isto. Foi o que eu disse”* palavras textuais, a determinada altura da ata também refere *“porque não disse verdade,”* referindo-se a mim *“vou repetir novamente” “Eu vou falar verdade,”* e disse então: -----

“O PS não votou contra, os Membros eleitos pelo Partido Socialista não votaram contra, o que aconteceu, foi que aquilo que foi apresentado na Câmara como proposta, ser só uma ideia, não era uma proposta,” tudo isto foi dito, está escrito em ata, pelo Senhor Presidente, vamos a factos, em reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada no dia 15/02/2024, no primeiro ponto “Aprovação do Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade, Proposta N°9/GAPV”, divergiram quanto à duração do apoio e esta proposta foi aprovada por unanimidade. Na parte final da Reunião de Câmara, no ponto 3, título “Propostas da Iniciativa dos Membros do Executivo, 3.1 Criação do Apoio Municipal de Incentivo à Natalidade, proposta dos Vereadores do PSD” despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal datado de 8 de fevereiro de 2024, a Câmara Municipal deliberou por maioria não aprovar a referida proposta, a qual foi votada favoravelmente com 3 votos dos Vereadores da Coligação e votada desfavoravelmente com 4 votos contra dos Vereadores do PS. Aqui estão os factos, eu afirmei aqui que o PSD apresentou uma proposta e que ela tinha sido rejeitada pela maioria Socialista. Eu não falei verdade, mas o senhor Presidente falou verdade? Estes é que são os factos, feita esta retificação, eu reitero aquilo que disse na última Assembleia, ponto. Para terminar, não está aqui a minha colega Professora Adalgisa, mas gostaria de fazer aqui uma nota prévia, dar-lhe os parabéns pela iniciativa das jornadas que decorreram em Chaves, excelente iniciativa a qual eu gostaria, se ela estivesse presente, agradecer, mas fica registado esse agradecimento em prol da educação, obrigado a ela e também a todos que participaram. -----

Gilberto Gomes Alves, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Muito bom dia a todos, cumprimento a Mesa da Assembleia, o senhor Presidente, a senhora Secretária e senhor Secretário, o senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados Municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, pessoal de apoio e comunicação social também. O que me traz aqui, é lembrar o excelente evento que nós vamos ter, é um evento de excelência que é a feira dos Santos. A Feira dos Santos diz tudo e é realmente um “ex libris” quer da cidade, quer do Concelho e congratulo-me pela forma como tem decorrido, de forma muito bem organizada, todos os eventos que têm sido realizados nos últimos tempos, têm estado muito bem. Este ano chegou ao meu conhecimento de que haveria algumas restrições no que diz respeito à instalação de alguns dos expositores que vêm expor, nomeadamente no que respeita aos



mini pavilhões de faturas, em que, segundo me foi dito, haveria restrições e não haveria necessidade de utilização do espaço pretendido, compreendo que possa haver aqui a otimização dos espaços, o que é natural e normal, o que eu apelava ao senhor Presidente e à senhora Vereadora da área, era que os feirantes que já vêm habitualmente à Feira dos Santos para expor, por que realmente não fosse cerceada a possibilidade de eles instalarem as suas estruturas que têm vindo a instalar nos anos anteriores, ou seja, que os clientes não se sintam ali apertados e que possam usufruir de instalações dignas e que estejam confortáveis no seu ambiente. É um apelo, congratular-me mais uma vez pela forma como tem decorrido a Feira dos Santos em Chaves, tem sido uma maravilha, é realmente falada por todo o País e é motivo de orgulho para todos os flavienses, muito obrigado pela atenção, é tudo. -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Muito bom dia a todos, um primeiro cumprimento ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao senhor primeiro Secretário, à senhora Secretária, aos digníssimos Vereadores e Vereadora aqui presentes, aos ilustres Membros desta Assembleia Municipal e a todos os senhores e senhoras Presidentes da Junta aqui presentes. Um cumprimento ao público que, porventura, se encontre nesta sala e um agradecimento ao compromisso e trabalho que certamente vão fazer os nossos colaboradores municipais e também de outras associações que aqui nos dão apoio e, portanto, esperando que decorram os trabalhos com normalidade. Minhas senhoras e meus senhores, queria começar por fazer aqui uma consideração muito breve sobre a questão da Moção, apresentada pelo PSD, e que merece da minha parte algumas considerações de enquadramento, mas também do que é o meu pensamento sobre esta matéria. -----

Todos nós sabemos que a questão dos incêndios rurais ou florestais se constitui como um tema muito desafiante e complexo, tratando-se de uma realidade que vai acontecendo de forma transversal em muitos países, alguns dos quais muito evoluídos. Temos assistido, muitas vezes, a incêndios rurais e florestais muito intensos e verdadeiramente devastadores nos Estados Unidos da América, no Canadá, na Austrália, países do primeiro mundo, e, portanto, eu queria dizer que se trata de uma matéria que não se resolve com Moções e não se resolve com ideias simples, porquê?! Nós podemos, eventualmente, considerar que a culpa e a responsabilidade se apenas circunscrita aos Governos e Autarquias, mas, na verdade, esta é uma matéria que necessita da responsabilidade e compromisso efetivo, permanente e intenso de todos. Quando nos encontramos a falar de incêndios florestais, falamos de políticas públicas, investimento público, seja na dimensão da prevenção, seja na dimensão do combate, seja nas questões relativas à organização e estruturação da respetiva propriedade, ou como se autorizam as plantações no território e no que concerne particularmente à sua dimensão, à sua mancha, às suas espécies e às obrigações que os proprietários têm. Pois bem, nós em Portugal temos uma realidade complexa, sobretudo em resultado de, nos últimos cem anos, se ter verificado um êxodo populacional, resultando numa transformação muito importante em termos demográficos, de paisagem e também de atividades económicas e, portanto, nós hoje sabemos claramente que os territórios, os territórios do interior são espaços geográficos menos povoados, com menos atividade ligada ao pastoreio, à silvicultura, à agricultura e à floresta, por isso, são territórios mais desprotegidos nas dimensões da vigilância e gestão dos mosaicos florestais. -----

Pois bem, para que, efetivamente, nós possamos ter uma situação menos gravosa, de menor intensidade, com menor relevância dos incêndios e, sobretudo, com uma menor dimensão, é importante que nós comecemos pelo princípio, que, na nossa opinião, passa por conhecermos a nossa propriedade, por sabermos quem é proprietário do quê?! E o que é que lá tem?! E o que é que nós fazemos com esse tipo de culturas que lá existem?! Pois bem, eu temo dizer-vos que, provavelmente, existe uma parte significativa do território nacional, sobretudo na área florestal e rural, onde não sabemos quem são os proprietários, sendo que tal desconhecimento significa abandono, significa que a natureza faz os processos normais, e normais significa muito material arbustivo, muito material combustível, resultando no problema crítico já enunciado. Pois bem, nós só teremos, na minha opinião, uma política capaz e que possa efetivamente ser eficaz, se tivermos identificados os proprietários do setor público, setor privado e baldios, se soubermos o que é de quem e quem tem que cuidar do quê e, depois, ser muito rigorosos naquilo que são as exigências das obrigações de cada um, e aqui leva-nos à seguinte consideração, ou acreditamos naquilo que é uma visão de propriedade latina, romana ou numa visão germânica,



significando, na prática, que se nós tivermos uma visão da propriedade romana, nós achamos que a propriedade é um fim em si mesmo, ela é absolutamente um direito que não tem limitações e nós no Estado Português, na Constituição de 1976, temos esta visão, porque a propriedade está nos direitos fundamentais, na parte dos direitos fundamentais da Constituição, significa que qualquer medida neste âmbito que comprima, que restrinja os direitos do qualquer proprietário, significa que estamos a tanger, a tocar os direitos fundamentais. Por outro lado, se tivermos uma visão social da propriedade do tipo germânica que é social, a propriedade é um instrumento, é algo que está ao serviço de uma comunidade, de pessoas, dos indivíduos e, portanto, ela tem um proprietário com direitos e obrigações, mas ela não é um fim em si mesmo, não se esgota na sua própria finalidade e, portanto, esta é claramente uma matéria que tem que ser discutida e tem que ser decidida pelo Órgão Legislativo Nacional que é a Assembleia da República. -----

Depois, é importante que se diga também que para nós termos uma floresta mais resiliente, a mesma tem que estar não só organizada, mas tem que gerar valor económico. Nós não podemos ter uma floresta em que o proprietário, os nossos proprietários, possuam vinte parcelas, vinte propriedades e cada uma delas tem 2 ou 3 mil m², muitas delas distantes da sede da Freguesia. Mesmo no caso de as propriedades se encontrarem bem cuidadas, sejam um pinheiral, sejam carvalhal, seja outra espécie, a questão que se coloca é a seguinte?! Que rentabilidade eu consigo retirar desta minha plantação para que, efetivamente, eu faça todos os anos o que tenho que fazer, designadamente em ações de prevenção?! Esta é uma questão central, sendo que, na minha opinião, não vale a pena dizer que a culpa é dos outros e, seguramente, também é de todos os Governos que passaram, mas também é dos proprietários. -----

Portanto, dizer que se trata de uma matéria em que não temos que ter esta visão judaico-cristã, onde a culpa está do lado dos outros. Não, a culpa está, provavelmente, no todo, está na nossa sociedade, na forma como olhamos para as questões, nós só somos verdadeiramente críticos no momento em que acontece o incêndio, porque, acreditem, daqui a um mês voltamos exatamente ao mesmo cenário que tínhamos há dois meses atrás. Olhámos para a floresta como se não fosse uma prioridade. Pois bem, isto significa tomar decisões absolutamente estruturantes e não basta apenas fazer investimento como se fizeram nos últimos anos, seis vezes mais na prevenção, duas vezes mais no orçamento ao combate, para no final se obter o mesmo resultado. Depois, queria descansar o senhor membro desta Assembleia Municipal, João Rodrigues, do PSD, porque, quanto aos bombeiros, todas as despesas inseridas no contexto do combate a incêndios florestais são ressarcidas, pagas. Se os bombeiros perderem um camião, se tiverem uma avaria, os gastos com combustíveis, os materiais utilizados são pagos pelo Estado, como sempre foi pago. Por outro lado, o Município, que gastou mais de 20 mil euros só com máquinas de rastros, não terá, provavelmente, a capacidade de ressarcimento desse valor, mas, enfim, trata-se de um investimento necessário, que temos de considerar em momentos de emergência ou em momento de dificuldade. Queria dizer isto desta forma muito clara, que concordo com a Moção apresentada, mas entendo que a mesma tem uma visão simplista da realidade, sendo que, na minha opinião, é muito mais complexa, exigindo muito mais de todos, legislador, órgãos executivos, conjunto de institutos que intervêm nesta matéria, as associações florestais, os produtores florestais, enfim, os grandes produtores florestais, os produtores de celulose, os proprietários individualmente considerados, as autarquias, freguesias e municípios. -----

Aproveito este momento para dizer que ouço, por vezes, que os Municípios, que as Autarquias deviam ser mais exigentes e deviam fazer limpeza. Pois bem, se isso acontecer, uma percentagem importante do nosso orçamento, provavelmente na ordem dos 2 ou 3 milhões de euros, terão de ser alocado a essa matéria, tratando-se de uma questão de prioridades. Podemos fazê-lo sempre e quando não façamos intervenções na rede de água, no saneamento, nos transportes, na iluminação, enfim, em área críticas, portanto, é preciso ter a noção que nestas matérias será necessário encontrar soluções que sejam exequíveis. Por outro lado, as alterações climáticas resultam em situações severas e consequências gravosas, incêndios rurais ou florestais de grande intensidade e de grande dimensão, mas eu não queria terminar sem deixar aqui uma nota muito particular e muito sentida de agradecimento a todos quantos participaram nos combates aos incêndios pelo País, a todos aqueles que fazem parte da estrutura da proteção civil, particularmente os bombeiros voluntários que são a sua base fundamental, mas também aos sapadores florestais, aos bombeiros florestais, a todas as estruturas da GNR e também outras forças de segurança, enfim, aos populares, às autarquias que se mobilizaram e muito nesse combate, particularmente, no Concelho de Chaves. Queria dizer-vos que se já respeitava muito os bombeiros do



nosso concelho, de Chaves de Vidago, mas, por todo o seu empenho e abnegação demonstrado na semana de 16 a 19 de setembro, fiquei a respeitá-los ainda mais. Permitam-me que lhes diga, que, quando o primeiro incêndio, no dia 16, segunda-feira, deflagrou na zona do Planalto, sem discutir exatamente onde, mas ele terá sido em Vilar de Izeu, nós tínhamos poucos recursos, as viaturas e uma parte significativa das equipas estavam empenhadas nos incêndios que deflagravam em Vila Pouca de Aguiar. Pois bem, a verdade é que com poucos meios, com poucos recursos, de uma forma muito intensa, comprometida, conhecedora do território, mas sentindo que era o seu território, que eram as suas gentes, os Bombeiros que foram mobilizados para esse incêndio fizeram tudo para o controlar, mas nesse primeiro dia, ao fim do dia, ocorreram mais duas ignições, uma em Tresmundes e outra entre Pereira de Selão e Vila Verde. Nós tivemos verdadeiros guerreiros no terreno, que fizeram tudo para que efetivamente nenhuma vida, nenhuma habitação pudesse ser consumida. -----

Queria, agora, começar por dar aqui algumas notas sobre aquilo que foi dito por alguns Membros desta Assembleia Municipal e vou-me permitir usar aqui um pequeno auxiliar para responder à senhora deputada municipal, Isabel Cunha, do PSD, que trouxe a esta Assembleia uma preocupação relacionada com a existência de uns embalses localizados na área territorial da Freguesia de Vilar de Nantes. Pois bem, procurámos indagar se existiam? Se não existiam? Quando tinham sido construídos? Por quem? E qual é a situação em que se encontram? A verdade é que, no Município, não existia muita informação. Para tal, solicitamos informação e acesso aos arquivos da Junta de Freguesia de Vilar de Nantes, que nos transmitiu a seguinte informação: Terão sido executados três embalses, no ano de 1997 e 1998, no tempo de gestão do PS, sendo Presidente, à data, o Dr. Alexandre Chaves. Nessa altura, foram construídos três embalses na Freguesia, sendo, nessa data, Presidente de Junta, o malgrado João Neves. Os embalses enunciado localizam-se, um em Vilar de Nantes, os outros dois localizam-se entre Samaiões e Vilar de Nantes, na zona do Brunheiro, com a finalidade de abastecer de água os camiões cisterna dos bombeiros. Neste momento, apesar de terem sido limpos em 2018, numa ação de cooperação entre a Junta de Freguesia e os Serviços Municipais de Proteção Civil, a verdade é que se chegou à conclusão que os mesmos, fruto de incúria de mais de dez ou doze anos, se encontram perfeitamente inutilizados, porque não têm capacidade de reter água e não são passíveis de requalificação. Posto isto, teriam que ser feitos outros embalses e, na nossa perspetiva e da avaliação que nós temos e a circunstância de existir ali ao lado embalses naturais localizados nas lagoas resultantes da extração do barro, que permitem responder a alguma situação que possa acontecer no brunheiro. Os embalses de que fala, em resultado de terem sido descuidados por muito tempo, coincidentemente na gestão da Freguesia e Câmara lideradas pelo PSD, deixaram de ter utilidade. -----

Depois queria, também, dizer que relativamente à base aérea instanciada entre Verín e Oimbra, a mesma foi executada pela Xunta da Galiza, com recurso a financiamento comunitário através do INTERREG, no Programa POPTEP. Trata-se de um investimento de 5,5 milhões de euros, que permitiu realizar uma obra com uma dimensão muito significativa, dotada de uma pista de 1200m², com capacidade para albergar seis aeronaves, permitindo não só fazer abastecimento de água, mas também de combustível. Como sabem, trata-se de uma infraestrutura gerida pela Xunta da Galiza, através dos organismos com competência na matéria do combate a incêndios florestais e, portanto, acreditamos que a mesma ganhará uma relevância maior para este território transfronteiriço. Apesar de tal opinião, neste momento, não conhecemos os instrumentos normativos, os acordos, os protocolos que possam existir entre a Xunta da Galiza e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil para que essa capacidade operacional possa ser também utilizada para os incêndios do lado Português. Pelo que me foi dado a conhecer durante os incêndios que ocorreram em Chaves e Vila Pouca de Aguiar, não foram mobilizados o conjunto de meios aéreos instalados nesta base aérea, apesar de terem sido insistentemente solicitados por vários autarcas, inclusivamente por nós, mas a verdade é que eles não foram utilizados, desconhecendo a causa, se resulta da circunstância de existir algum aspeto normativo de contrato, de convenção, porque, como sabem, sempre que um Estado qualquer ative um instrumento Europeu de cooperação e de colaboração no combate aos incêndios ou noutra matéria de emergência, terá o Estado peticionário que assumir todos os encargos resultantes da mobilização de todos os meios. Portanto, significa que sempre que o Estado Português, por exemplo, neste caso, solicitou a mobilização de “canadairs” a Espanha e a França, posteriormente é remetido pelos Governos desses Países a respetiva fatura detalhada sobre os encargos resultantes com a mobilização daqueles meios. No nosso caso, as intervenções executadas neste território, foram na fase inicial, protagonizadas pelos meios aéreos localizados no Aeródromo Municipal,



que se revelaram fundamentais para ajudar a combater e a debelar o incêndio que tinha uma frente muito significativa. -----

Quanto à intervenção da deputada municipal, Melissa Lopes, do PS, dizer que considero que a caracterização levada a cabo, na sua intervenção, detém um carácter realista, relatando, efetivamente, o que tem acontecido nos últimos meses. O turismo em Chaves representa, hoje, uma parte muito significativa da nossa economia local, cujo impacto nos setores da hotelaria e da restauração é bem visível, através do incremento de novas unidades de restauração, bem como no facto de começarem a adotar a metodologia de reserva de dois períodos distintos, muitas das vezes em simultâneo, no horário do almoço e no horário do jantar. Portanto, significa que, de facto, as informações que temos e que vamos coligindo seja ao nível das dormidas, seja ao nível do registo nos vários postos de turismo, inclusivamente, no posto do Alto Tâmega e Barroso, denotam, de facto, um crescimento muito assinalável e muito importante no território, com mais presença de pessoas, com uma particularidade diferente do que acontecia no período pré pandemia consubstanciada no facto de termos hoje mais turistas nacionais do que estrangeiros, ao contrário do que tínhamos no passado. A verdade, é que, hoje, são mais em qualquer uma das dimensões enunciadas, percentualmente e em termos absolutos, verificando-se um registo muito significativo no território, particularmente em Chaves, que, como sabem, é a porta de entrada do turismo do Alto Tâmega e Barroso. -----

De facto, o setor do turismo tem uma relevância muito particular, em resultado da circunstância de termos instanciadas mais de duas mil e quatrocentas camas no concelho para o turismo, traduzindo um valor muito significativo e, por isso, a nossa expectativa é que tenhamos cada vez mais um turismo sustentável, diferenciado e que possa incrementar e trazer valor para o território e possa continuar a dinamizar este setor. Como sabem, existem ainda alguns empreendimentos que estão em curso e estão prestes a abrir, criando novas respostas para diferentes perfis de clientes. Sobre esta questão, devo dizer que gostaria muito que pudéssemos crescer para outras geografias do mundo, mas, para isso, torna-se importante continuar a trabalhar, que os nossos empresários e operadores também o façam e que a promoção ao nível da CIM e da Câmara Municipal seja melhorada, almejando que as rotas aéreas do aeroporto possam melhorar e possam trazer pessoas de outros continentes, particularmente do continente americano. -----

Depois queria dar aqui uma particular nota ao Membro desta Assembleia Municipal, Pedro Miranda, do PSD. A minha primeira expressão é de estupefação pelo facto do PSD vir falar de PDM! Gostaria, naturalmente, de começar a contar aqui uma história que não é uma estória, é apenas um registo muito sumário do que aconteceu no que diz respeito aos instrumentos de Gestão Urbanística, no período da gestão autárquica liderada pelo PSD, ou seja, entre 2002 e 2017. Como sabem, os Planos Diretores Municipais (PDMs) são uma obrigação desde meados da década de 90, sendo que todo o território nacional ficou obrigado a elaborar tal documento. Pois bem, o PDM de Chaves foi aprovado no ano de 1995, curiosamente numa gestão do Partido Socialista, e, desde então, nunca foi alvo de revisão. -----

A título informativo, devo dizer que, no País, existem Concelhos que se encontram a realizar o terceiro e quarto processo de revisão do PDM. Acreditam que em Chaves estamos ainda na primeira revisão?! Pois bem, o PSD governou durante dezasseis anos este Concelho e algum dos Membros desta Assembleia sabe o que foi feito para rever o PDM?! Essa é uma boa resposta à sua questão?! Que preocupações é que, de facto, deu resposta designadamente essas que trouxe aqui e outras para adaptar a gestão territorial, o planeamento urbanístico para aquilo que eram as necessidades do território?! Da agricultura?! Dos serviços?! Do turismo?! Da habitação?! O que é que fez nesta matéria?! Pergunto, o que é que fez?! Nada, absolutamente nada. Portanto, também pergunto o que é que o PSD, neste processo de construção que vai longo, muito longo, de construção de uma proposta de revisão, que propostas apresentou!? Em que momento esteve na discussão dessas matérias?! Esteve na discussão pública?! Esteve presente nas apresentações que o Município fez?! Não, primaram pela ausência e vem aqui hoje nesta Assembleia Municipal fazer de conta que defendem o território e defendem os nossos empreendedores e os nossos empresários. Queria também, sobre isto, dizer o seguinte: Manifestou aqui uma preocupação, mas apenas aqui e agora, mas primou, aliás como o PSD, pela ausência de presença e contributo em todos os outros locais em que efetivamente se pode contribuir para melhorar a aludida proposta de ordenamento e planeamento urbanístico. -----

Depois, queria dizer que, se fez uma leitura atenta sobre os instrumentos de ordenamento do território, terá começado certamente por ler a lei de bases do urbanismo e do solo, certamente que a leu e leu-a com muita atenção e terá percebido existe uma transformação muito importante com base naquilo que



foram as leis habilitantes para aprovar o PDM em 1995. Aquilo que nós temos hoje é, de facto, uma alteração sem nenhuma importância. Não é verdade?! Não, essa alteração significa, tão-só e apenas, a eliminação do conceito de áreas urbanizáveis. Com esta lei dos solos só podem existir duas tipologias de áreas: áreas rurais ou agrícolas e áreas urbanas, não podendo existir áreas urbanizáveis, decorrendo daqui uma consequência muito direta e muito determinante, que consiste no facto de, nos locais em que não existam condicionantes, não exista reserva agrícola, reserva ecológica, reserva florestal e outras circunstâncias de condicionantes a nível patrimonial, só poderá existir um terreno incluído em área apta para a construção, se o mesmo tiver o leque completo de infraestruturas. No caso de não se encontrar dotado das mesmas, terá que existir uma evidência de financiamento, não uma propositura, não uma intenção, mas sim uma evidência nos Documentos Previsionais, ou seja, no Orçamento e no PPI, garantindo que aquelas infraestruturas irão ser executadas. Portanto, dizer que, como certamente conhece bem esta norma, bem como o instrumento que disciplina a elaboração destes instrumentos de gestão territorial de nível municipal, certamente perceberá que estes instrumentos são feitos de forma hierárquica. Posto isto, o Plano Diretor Municipal resulta de todo um contexto e enquadramento normativo, condicionando, de forma clara, as opções dos Municípios. Portanto, devo dizer que, em face do condicionamento imposto pelo normativo enunciado, o Município de Chaves vai alocar alguns milhões de euros a essa tal infraestruturização, de forma a garantir que algumas bolsas de solo vão efetivamente poder ficar afetas à construção, porque se o Município não o fizer, no prazo fixado para o efeito no plano, elas regressam à situação de rurais ou agrícolas. Por outro lado, dizer que compreenderia a preocupação do PSD se, de facto, tivesse participado neste processo da seguinte forma: primeiro se tivesse feito o trabalho de casa quando esteve no poder e pôde fazer a alteração do PDM. Se o tivesse feito, hoje teria aqui outro tipo de intervenção, mas não fez nada, foi incapaz, teve não sei quantas falsas partidas e não conseguiu concretizar nenhum processo de revisão do PDM. Depois, dizer que eu perceberia esta sua preocupação se, porventura, no processo de elaboração, nas várias fases que teve e em que foram convidados para estar, estivessem, participassem, contribuíssem e apresentassem soluções importantes. Mas eu queria dar, ainda, uma nota particular, ao transmitir que estamos, efetivamente, preocupados com a questão do despovoamento, aliás, não sei se recordam que uma das nossas mensagens fortes incide no mote de “querer reter e atrair pessoas” e, para isso, temos feito um esforço muito grande em ser atores facilitadores da criação de emprego. Eu posso dizer aqui, hoje, a título de exemplo, que desde que sou Presidente de Câmara, já se criaram mais de quinhentos postos de trabalho. Lembra-se da promessa que fiz?! Posso também dizer-lhe que se encontram quinhentos ou seiscentos postos de trabalho em fase de concretização, com mais de 100 milhões de euros de investimento. Portanto, devo dizer-lhe que, para mim, a melhor forma de combater o despovoamento é criar emprego, fazer qualificação, criar condições para fixação das pessoas e, por isso, não é despiciente falar aqui do Ensino Superior que é, na nossa perspetiva, o instrumento fundamental. Pois bem, foi também nesta gestão que curiosamente se inverteu uma tendência que já existia. É por acaso?! É mera coincidência?! ----- Depois, dizer que foram mais de trezentas ou trezentas e cinquenta as reclamações apresentadas, por um conjunto muito diversificado de atores, que apresentaram uma série de reclamações, algumas delas com todo o fundamento, relacionadas com a circunstância da cartografia e das fotografias que existiam e da informação que constava no processo não dar nota de que naqueles troços de vias municipais já existirem infraestruturas e que deveriam ter ali um ajustamento na delimitação do perímetro da Freguesia. Trata-se de uma questão que será ponderada pela equipa externa que se encontra a analisar todas as questões, e se houver uma possibilidade legal de o corrigir, fá-lo-emos com certeza. Depois, queria também dizer que houve muitas pessoas que vieram reclamar, porque o seu terreno agora não dá para a construção, eu posso dizer sobre esta matéria que tive oportunidade de falar com muita gente, tendo sugerido que apresentassem pedidos de informação prévia para poderem salvaguardar, durante algum tempo, as chances urbanísticas, em função do tipo de informação prévia. ----- Queria terminar dizendo que esta revisão do PDM não é um destino, é um caminho. O processo de revisão do PDM não é o fim, só será o fim, se fizermos como fez o PSD durante 16 anos, sem fazer nada, porque queremos, verdadeiramente, um instrumento de gestão territorial dinâmico e, portanto, significa que o instrumento terá que compaginar diferentes interesses, interesses ambientais, interesses económicos, interesses industriais, interesses de paisagem, interesses de ocupação humana. Se, entretanto, sentirmos a necessidade, passado um ano, dois anos ou três anos, que efetivamente existe uma pressão industrial, habitacional ou de outra natureza que dá razão fundamentadamente à necessidade de alterar



este instrumento, o que tem que se fazer, é alterar-se, não pode ser de outra maneira, porque nós não podemos entender que um instrumento desta natureza de âmbito municipal possa ficar cristalizado durante vinte anos, isso é inaceitável. Portanto, o que eu posso dizer, é que a proposta, sob o meu ponto de vista, contém um conjunto de fragilidades, fragilidades essas que não foi possível superar, designadamente uma que eu posso aqui expressar, embora tenhamos proposto, de forma incessante, uma oportunidade para o conjunto de habitações que detêm condições para serem objeto de legalização. E, portanto, trata-se de um tema muito importante, com muita proposta, com muita reunião, com muita discussão, alguma delas até exasperada, mas, ainda assim, a proposta de revisão, e teremos oportunidade de falar de forma mais detalhada, terá fragilidades e insuficiências, mas, com esta certeza, se houver razões ponderosas e fundamentadas para se poder depois iniciar um processo de alteração, designadamente pelas razões que eu aqui já explicitiei, naturalmente será promovida, porque o instrumento do PDM tem que estar ao serviço das populações, das pessoas, e não ao contrário. Espero, neste capítulo, que o Governo em exercício de funções faça aquilo que prometeu que consiste na alteração da lei dos solos, e na minha perspetiva, alterar também a lei dos instrumentos de gestão urbanística, dando mais elasticidade àquilo que é a possibilidade de se construírem soluções de desenho de área urbana, desta forma, então, certamente resolveremos algumas das questões. Isso foi dito, que era para ser feito antes do verão, não foi feito antes do verão, mas esperamos que isso aconteça, porque se acontecer uma coisa como se vai dizendo nalguns setores da área do urbanismo que é, que se vai alterar radicalmente esta lei de bases, então nós faremos uma coisa muito simples, nós iniciaremos, logo de seguida, um processo de revisão do PDM para que possamos ter a capacidade de aproveitar toda a latitude que eventualmente o novo instrumento possa ter e, por isso, fá-lo-emos com certeza. -----

Quanto à intervenção do senhor Membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, da CDU, dizer que se nós já éramos críticos daquilo que era a política que vinha a ser seguida pelo anterior Governo suportado pelo PS, hoje estamos mais preocupados, porque efetivamente entendemos que com as políticas públicas retirarão relevância ao Serviço Nacional de Saúde através de que forma?! Incrementando processos inadequados, uma excessiva externalização de prestação de serviços, particularmente na área médica, através de empresas, o que, na minha perspetiva, é um erro e, portanto, o processo devia passar pela inversão. Percebo que não pudesse ser feito de uma vez só, em função da elevada dependência, mas seria necessário começar a inverter o status quo. Sob o nosso ponto de vista, estas tipologias de soluções de externalização apenas seriam adotadas em situações excecionais, anómalas, em momentos de grande procura, sendo que o SNS devia ter outra resposta mais capaz e o que nós percebemos, é que se encontram a incrementar a estratégia do anterior Governo. Por outro lado, percebemos que nenhuma das questões colocadas nos últimos tempos, têm solução, ainda não têm solução e na nossa dimensão, naquilo que concerne à Unidade Hospitalar de Chaves, integrada nesta ULS, percebemos que os problemas estão em crescendo, por um lado, ainda não percebemos se efetivamente esta integração do serviço dos cuidados primários com os cuidados hospitalares tem as vantagens que dizem ter e que decorrem do modelo como tive oportunidade de dizer aqui, o modelo é importante, mas se não for bem operacionalizado, naturalmente a solução será inadequada e a sensação que eu tenho hoje, é que os cuidados primários estão um pouco ao abandono. -----

O pedido de audiência que fiz há mais de quatro meses, continua, lamentavelmente, sem resposta, apesar das várias insistências à Senhora Ministra da Saúde, temos conseguido falar com o Conselho de Administração, mas não temos conseguido falar nem com a Secretária de Estado da Gestão da Saúde, nem com a Senhora Ministra da Saúde. Esperemos que depois deste período mais intenso das urgências no verão, nós possamos ter oportunidade de sermos recebidos e falarmos sobre a nossa preocupação na Saúde, e até para que ela possa cumprir a promessa que fez, que foi de vir a Chaves visitar a Unidade Hospitalar em que nós precisamos estar presentes para que se encontrem soluções não só para a questão dos recursos humanos que nos preocupa muito, porque se nós estávamos mal, por exemplo, na pediatria, ainda ficámos pior, porque se perdeu mais uma pediatra, e, portanto, temos menos recursos do que tínhamos há quatro ou cinco meses. Isto significa que temos problemas críticos na urgência pediátrica, mas também no internamento que não existe e também na própria consulta externa e na ortopedia que era a nossa bandeira, que era, de facto, a diferenciação da Unidade Hospitalar de Chaves, sendo que, hoje, lamentavelmente, a situação é muito crítica e inspira muita preocupação, significando isto que precisamos que a Administração, com a Direção Executiva, com o Ministério da Saúde possa olhar para estas questões e possa encontrar soluções, mas soluções exequíveis, ainda que sejam de médio prazo,



porque, de outra forma, certamente vamos caminhar para a destruição do SNS e para uma externalização excessiva de muitas das respostas em saúde. -----

Depois, queríamos ver, e temos feito intensamente comunicação nesse sentido, os cuidados intermédios a funcionar. Pois bem, as instalações estão prontas, faltam recursos humanos, primeiro era o orçamento que não estava aprovado, agora, pelos vistos, o orçamento está aprovado e nós esperamos que, efetivamente, os cuidados intermédios sejam aprovados, porque não é apenas pelos cuidados intermédios estarem aprovados, é pelo que eles significam naquilo que é a estratégia da Unidade Local de Saúde no que diz respeito à dimensão cirúrgica. Também esperávamos claramente que pudesse haver uma outra visão no que diz respeito à cirurgia de ambulatório que nos parece essencial que tenha uma expressão maior aqui na Unidade Hospitalar de Chaves. Enfim, as preocupações são muitas e permitam-me que lhes diga, senti que não devia eu tomar uma iniciativa mais forte logo que o Governo tomou posse, logo que a senhora Ministra assumiu funções, porque até podia ser interpretada como uma situação de aproveitamento político. Pois bem, já deixámos passar algum tempo e, se calhar, já é tempo de voltarmos a falar publicamente sobre a saúde e falarmos sobre questões concretas, específicas, não é de conceitos gerais, indeterminados. Nesse contexto, precisamos de colocar a urgência médico-cirúrgica a funcionar de acordo com as regras estabelecidas, tratando-se de uma questão fundamental para todos e onde espero contar com todos, quando esta questão for suscitada, e como já o fizemos no passado. -----

Quanto à questão que nos foi aqui trazida pela deputada municipal, Milena Melo, do PSD, tem a ver com uma preocupação relacionada com a Carta Educativa, designadamente saber quando é que terá sido aprovada a que está em vigor nesta data. Fazendo aqui um pequeno preâmbulo, espero que a próxima carta educativa não tenha os efeitos que teve a última, não sei se se recordam? Sabem o que aconteceu no contexto ou em momento superveniente à aprovação da carta educativa, ocorrida nos inícios de 2006, e homologada no dia 30 de outubro de 2006?! Foram encerradas dezenas de escolas primárias, foi construído um centro escolar com a dimensão que conhecemos, que, na minha perspetiva, é exagerado e, portanto, espero que a próxima carta educativa não tenha essa consequência e não tenha esse terramoto que aquela teve no nosso Concelho. -----

Pois bem, desde essa altura até hoje não houve nenhuma nova carta educativa, sendo certo que é, nesta data, uma preocupação. Sobre esta matéria, devo informar que, no dia 16 de julho de 2024, foi assinado um contrato Interadministrativo com o Instituto Politécnico de Bragança, que tem por desiderato a elaboração de nova carta educativa. Nesse contexto, o processo encontra-se em elaboração, no intuito de que possamos recolher toda a informação que decorreu não só em termos demográficos dos censos 2021, mas também toda aquela informação que é importante sobre os edifícios existentes, sobre a sua situação, sobre a questão dos transportes, dos circuitos, toda a informação que permita tomar decisões mais sustentadas. Ainda assim, queria dizer-lhe que não temos razões para pensar que a carta educativa tem sido um impedimento, uma dificuldade para implementar as políticas de âmbito Municipal na área da educação e se quiser posso aqui dar nota de algumas: queria dar nota que o ano escolar na dimensão do Município tem corrido com a normalidade, todos os processos da responsabilidade do Município têm sido assegurados e estamos a falar, sobretudo, dos processos relacionados com a conservação e a manutenção das escolas, sendo certo que existem sempre necessidades a acontecerem e, para isso, temos uma equipa em permanência dedicada às escolas. Por outro lado, o processo do transporte escolar que, como sabem, é um processo muito exigente e que tem duas componentes, um transporte que é assegurado pelas linhas regulares e depois tem circuitos especiais destinados exclusivamente ao transporte escolar que são vinte e oito no Concelho de Chaves para transportarem à volta de trezentos alunos, decorrem com normalidade. -----

Depois, dizer também, que em relação às questões de contratação das AEC, já estão assegurados contratos feitos com pessoas nas respetivas escolas, o apoio à família está estruturada e está implementado. Neste domínio, existem, em duas escolas, manifestações de preocupação relativamente aos recursos humanos, não porque o Município não tenha os recursos humanos na dimensão operacional suficientes, mas porque, entretanto, estão dez ou doze assistentes operacionais de baixa e, portanto, isso é naturalmente uma preocupação. Eu posso dizer-vos aqui, afirmar de forma perentória, que em todos os Agrupamentos de Escolas superámos os rácios das escolas, nalgumas escolas temos quatro, cinco ou seis operacionais a mais, sendo que a questão da ausência por razões de saúde dos assistentes operacionais é algo que traz complexidade para o Município resolver, porque não tem um instrumento, que as escolas tinham no passado, que consiste na existência de uma lista de disponíveis que podiam



ser contratados para períodos muito circunscritos. Pois bem, para mitigar os efeitos decorrentes destas ausências, estamos, de forma transitória, a colocar pessoas de contratos de inserção e emprego, em número idêntico que tenham, naturalmente, um perfil adequado às escolas. -----

No que respeita à intervenção do Membro desta Assembleia Municipal, Fernando Valpaços, do PS, dizer o seguinte: No início do mandato de 2017/2021 foi assumido por nós e também por todas as Autarquias do Alto Tâmega que era fundamental adotarmos políticas que pudessem contribuir decisivamente para aquilo que era a nossa estratégia, que consista na ideia de procurar diminuir esta sangria que tínhamos na nossa população e, portanto, a única forma era tentar reter pessoas, não era reter pessoas eliminando estradas, criando barreiras, fazendo muros como fez o Presidente Trump na EUA. Nada disso! Nós queríamos, e continuamos a querer, fixar mais pessoas no território e, porventura, atrair outras e entendemos na altura que, de facto, a melhor forma de o fazer era com dois vetores fundamentais, era induzir a criação de emprego e esse é um objetivo que tem vindo a ser concretizado com boas evidências, enfim, com bons números e basta ter a noção do conjunto de investimentos que foram feitos, particularmente na zona industrial, basta apenas passar por lá para verem o que vai acontecer, se calhar, nos próximos dois meses vão ser colocadas em funcionamento duas unidades industriais, vão ter, para aí, mais de noventa pessoas a trabalhar nessas novas indústrias. -----

Depois, queria também dizer que o outro dos vetores fundamentais passou pela questão da qualificação, no sentido amplo da palavra, qualificação das pessoas, das empresas e das organizações, porque entendemos que nos territórios em que não temos, e o País também não tem, recursos endógenos relevantes, nós não temos petróleo, não temos diamantes, mas temos, pelos vistos, o lítio, embora levante questões e muitas reservas por parte de muitos de nós, em resultado dos impactos que tem no ambiente e nas pessoas. Portanto, o que temos que ter pessoas, organizações e instituições mais qualificadas, mais preparadas, mais capazes, que façam essa diferença dentro e fora, e tal só pode acontecer através do conhecimento, educação e formação desde a pré ao ensino superior. Pois bem, faltavam-nos dois elementos fundamentais para que nós pudéssemos ter uma política e uma ação efetiva neste domínio, era o ensino superior e a investigação. Pois bem, diga-se ensino superior público, permitam-me que lhes recorde o que aconteceu, primeiro no que concerne ao ensino superior privado, onde pudemos contribuir para a transformação de uma Escola de Enfermagem que estava numa situação crítica, à beirinha do encerramento por razões financeiras, científicas e pedagógicas, e a verdade é que, hoje, esta Escola é uma Escola de Saúde que, curiosamente, veio cumprir uma promessa que o PSD tinha feito em 2005, até colocou placas pela cidade, mas que, verdadeiramente, nunca houve nenhuma Escola de Saúde. Ela agora aconteceu e esperamos que cresça e se desenvolva, mas, ainda assim, posso dizer que a Escola de Saúde do Alto Tâmega da Cruz Vermelha Portuguesa tem vindo a crescer e a aumentar e tem tido crescentemente mais alunos, sendo certo, que já não tem vagas para mais, portanto, esta foi uma linha que me pareceu que era necessário fazer, está implementada, está em curso, é da iniciativa dos privados hoje. -----

Depois, tínhamos o Alto Tâmega e Barroso, que era um dos dois territórios de CIM do País que não tinham nenhum Centro Tecnológico. Pois bem, esse foi o mote necessário para que pudéssemos construir uma proposta e uma solução para dotarmos o território de um Centro de Investigação que pudesse fazer a valorização daquilo que são os nossos produtos endógenos, particularmente da água e foi aí que nasceu o Aquavalor, em finais de 2018, tratando-se de um projeto que se deve, em muito, à Comunidade Intermunicipal, aos Municípios que a integram, ao IPB, a alguns professores do IPB, à Comissão de Coordenação e ao Presidente em exercício da Comissão de Coordenação, que permitiram alcançar um primeiro financiamento de mais de 2 milhões de euros para fazer a adaptação do edifício do antigo Magistério para aí instanciar laboratórios. Portanto, é um processo que está em crescimento, está em formação, tem um conjunto de projetos no terreno muito ligados à água, mas também às Termas que, certamente, muito contribuirão para a afirmação dos nossos produtos endógenos. Hoje já tem uma dinâmica importante, tem projetos internacionais que têm permitido ganhar uma série de projetos pela Fundação La Caixa e, portanto, é, na nossa perspetiva, um ativo fundamental de se exhibir, critico neste processo de qualificação das pessoas e das instituições do nosso território. -----

A ausência de ensino superior público no território, era outra das dimensões que faltava, desde o amargo de boca que tivemos com a saída daqui da UTAD. Sabemos todos, enfim, não queria voltar a essa discussão, o que é que aconteceu com a UTAD, com o Pólo de Chaves da UTAD?! Verdadeiramente a importância e a relevância que teve e aquilo que verdadeiramente a UTAD quis, e pode parecer estranho



que no território tenhamos uma Instituição do Ensino Superior Público que se chama IPB - Instituto Politécnico de Bragança, sendo que tal denominação poderá causar alguma estranheza. Mas a verdade, é que essa estranheza só existe porquê?! Porque nós fomos abandonados, nós fomos desconsiderados, a UTAD nunca quis ter nenhum projeto do Ensino Superior para este território. Eu vou partilhar aqui uma informação. Em finais de 2017, numa visita, acompanhado pelo Presidente do Conselho Intermunicipal e o Primeiro Secretário dessa mesma entidade, ao então senhor Reitor da UTAD, foi-lhe perguntado que visão, que estratégia tinha para o território todo?! A única visão que tinha para o território todo, era oferecer a Chaves, ao Alto Tâmega, no caso, um Curso Técnico Superior Profissional. Pois bem, agradecemos muito, mas respondemos que poderíamos oferecer esta tipologia de cursos com qualquer Universidade do País e até das Ilhas. Portanto, passado quinze dias a três semanas, estávamos no IPB a falar com o então Presidente do IPB e também com o Vice-Presidente, que hoje é Presidente, num processo que se iniciou nessa altura e que, reconhecidamente, posso aqui dizê-lo, tem decorrido de forma mais célere e favorável do que era expectável. Tanto mais que alguns Governantes, designadamente um Ministro e uma Secretária de Estado do Ensino Superior disseram que não seria possível criar mais uma Escola do IPB, porque o processo mais usual à data, era o de concentração e de conglomeração no sentido de juntarem as Universidades e não de criar mais Escolas. A verdade, é que mudando o Ministro da Ciência e Ensino Superior, foi possível aprovar uma Escola, e hoje tem, naquilo que são o conjunto de ofertas, duzentos alunos, desde as Licenciaturas, Pós-graduações e Cursos Técnicos Profissionais. Portanto, dizer-vos claramente que é com agrado, com muita satisfação que vemos passos concretos de evidência do compromisso que o IPB tem com o território, esse compromisso vê-se, por exemplo, naquilo que foi o Aquavalor, na sua instanciação e naquilo que é a sua atividade, a sua produção e naquilo que são os projetos que estão desenhados e, outros, já em implementação. Viu-se, de forma concomitante, naquilo que foi a vontade e o querer de construir em Chaves uma Residência Universitária, candidatando ao PRR a construção de uma Residência para cento e vinte alunos e que já está em construção, mais uma evidência da determinação, da vontade e do querer desta Instituição e do compromisso que tem mantido com o Território do Alto Tâmega em particular com Chaves e também a circunstância de já estar a desenvolver o projeto para o próximo Campus da Escola de Hotelaria e Bem-estar. Nós estamos, nós, quando digo nós, digo Município, acabámos o processo de aquisição dos terrenos necessários para a cedência para esse efeito, está concretizado e muito provavelmente durante o mês de outubro faremos uma proposta de doação com condição resolutiva, necessariamente com um prazo para a construção do Campus, para ceder os terrenos ao IPB para que possa avançar com esse projeto que é um projeto exigente, difícil, não existindo ainda qualquer financiamento garantido, mas o caminho faz-se caminhando, o sonho certamente vai comandar este projeto e eu acredito verdadeiramente que ele vai ser um sucesso, até lá vai-se fazendo o caminho. Esse caminho faz-se através da inauguração das instalações provisórias desta Escola num espaço Municipal que foi cedido e que criaram mais seis salas e outras estruturas que permitem naturalmente que as duas Licenciaturas, uma delas já no segundo ano e outra no primeiro ano, possam desenvolver as suas atividades, ao mesmo tempo que também facilitamos o Balneário Pedagógico de Vidago para a parte prática da fisioterapia. Portanto, quer-me parecer, sinceramente, que este é um projeto e uma iniciativa que está em formação, em crescimento e que reputamos de muitíssimo importante e certamente a circunstância de nós vermos pela cidade ao fim do dia e à noite jovens, rostos jovens, já se deve, digo eu, também a estas iniciativas que estão no território e são muito importantes, não apenas por essa dimensão mas sobretudo pela dimensão da qualificação e da formação, mas também pela dimensão económica que nós todos sabemos que também tem, e ela é muito importante, certamente só esperamos que ela possa ir em crescendo e que tenha uma relevância cada vez maior para que possamos ter no futuro uma situação de equilíbrio demográfico. ----- Queriam também, neste particular, dizer-vos que a informação que temos, ela só se resume a um trimestre, é que pela primeira vez em muitos anos o Concelho de Chaves terá tido uma situação de saldo efetivo demográfico positivo 0,3%, o que é que isso significa?! Significa que, apesar de termos um desequilíbrio no saldo natural entre os óbitos e os nascimentos, quando nós contabilizamos e também o INE os movimentos migratórios, o que nos dizem, é que no último trimestre de 2023 e provavelmente também já 2024 em Chaves e noutros Concelhos do Alto Tâmega à exceção de Boticas, terá havido um saldo efetivo positivo, 0,3%. Sabemos que não é um valor muito significativo, de qualquer das formas vem inverter uma tendência e vem dar evidência da capacidade de atração do interior, deste movimento populacional para o interior sobretudo para alguns dos Concelhos. -----



Depois, queria abordar a questão, até quis fazê-lo em primeira mão, mas como a pressa nunca é boa conselheira, deixei mesmo para o fim a questão do senhor Membro desta Assembleia Municipal, António Santos, do PSD. Pois bem, eu reitero tudo o que disse antes, e digo uma coisa muito simples, o PS não desaprovou, não votou contra uma proposta de regulamento, porque esse regulamento não existia, o que foi apresentado, foi somente uma ideia. Portanto, reiterar o que disse antes, se porventura lê-se com mais atenção os documentos, perceberia que não houve qualquer voto contra meu e dos vereadores do PS quanto a proposta que cria um regulamento, mas antes a rejeição de uma proposta eu não passava de uma ideia, sem densidade normativa. Pois bem nós não podemos aprovar ideias, temos que aprovar propostas de regulamento, e foi isso que eu disse e que reitero, portanto, se quiser eu vou fazer o seguinte: Na próxima Assembleia Municipal vou trazer aqui o documento que foi apresentado pelo PSD e vou trazer aqui também o documento que foi apresentado pelo PS para se perceber se efetivamente aquilo é uma proposta de regulamento ou é uma proposta de ideia para depois ficarmos claros sobre isto. Porque nós nunca podemos aprovar uma ideia, tínhamos que aprovar sim um regulamento e, portanto, reitero o que disse naturalmente sobre estas matérias, porquê? Porque esta foi a realidade dos factos, isto foi o que aconteceu, nós nunca poderíamos aprovar uma coisa que não existe. ----- Penso que esta matéria fica clara, hei-de trazer esses documentos para que não restem dúvidas sobre esta matéria. -----

Também queria congratular e dar aqui uma manifestação de apoio àquilo que tem sido o trabalho da CERCI de Chaves. Estive presente na abertura dessas jornadas e tive a oportunidade de dar a nota daquilo que tem sido a resiliência e a determinação de um conjunto de voluntários liderados por uma professora que é a professora Adalgisa Portugal, (curiosamente é Membro desta Assembleia Municipal nas listas do PS), que tem feito um trabalho de resistência e de vontade no que diz respeito ao objetivo que tem de aumentar as respostas à deficiência no Concelho de Chaves. Todos nós sabemos que é, porventura, um dos Concelhos ou o Concelho do Alto Tâmega que tem aqui mais fragilidades. Pois bem, tive também já a oportunidade de dizer aqui, que desde que eu sou Presidente de Câmara, fizemos esforços decisivos, lembro-me, por exemplo, do apoio que demos à Associação Flor do Tâmega para uma infraestrutura que está a funcionar e também para outra infraestrutura que é uma residência para deficientes que está em construção e vamos, ainda este ano, também dar um apoio financeiro porque está na sua fase de conclusão. Também já fizemos o mesmo relativamente à CERCI de Chaves, através da cedência das antigas instalações da Escola EB1 de Casas dos Montes e que hoje já está na esfera de gestão da CERCI de Chaves, mas também aprovámos para a CERCI de Chaves um apoio financeiro de cerca de 45 ou 50 mil euros. Esse apoio financeiro foi por um lado para apoiar estas jornadas financeiramente, porque se o Município não apoiasse financeiramente, provavelmente elas não teriam acontecido e isso resulta da vontade, da determinação do espírito de compromisso, da capacidade de mobilização de muitos técnicos e muitos especialistas da área da deficiência, mas também sob o ponto de vista logístico o Município teve aí um papel importante. Queria também dizer que já apoiámos a CERCI de Chaves para que contrate um projeto de adaptação das instalações, que permita, quando surgir a oportunidade, ter uma proposta pronta para poder candidatar-se a fundos europeus e, portanto, já fizemos esse apoio. Esse apoio financeiro está aprovado e não só está aprovado, como vocês sabem, tudo que é aprovado, é pago, e até os senhores Presidentes de Junta sabem, quando nós aprovamos uma proposta de apoio financeiro, é pago. -----

Queria também, neste particular, dizer o seguinte, como sabem, nós falamos muito de deficiência, mas nós não temos informação muito rigorosa sobre a deficiência, nós temos algumas estimativas de qual é o número ou percentagem de deficientes que existem em cada Concelho, mas nós não conhecemos em concreto o número, a sua situação familiar, a sua localização e o seu grau de dependência, nós não temos esta informação, o Estado Português não tem esta informação, o Estado Português, a Segurança Social, todas as Organizações. Portanto, nós fizemos uma candidatura a um fundo comunitário e temos neste momento em arranque um projeto que se chama Radar Social, que visa identificar no Concelho todo, nas localidades todas, todas as pessoas, todos os nossos concidadãos que são portadores de alguma deficiência, conhecendo a sua localização, percebendo o seu contexto familiar, que tipologias de respostas que eles estão a ter ou não estão a ter e também as questões relacionadas com o grau de deficiência. Como poderão facilmente compreender, essa informação será muito relevante não apenas para a Câmara Municipal, mas ela será relevante, na minha perspetiva, para a Segurança Social, para a Saúde, para muitas Associações, muitas IPSS. -----



Aproveito o momento para, sobre esta matéria, pedir aos senhores Autarcas de Freguesia aqui presentes, que se forem contactados no âmbito desse processo, possam facilitar, ajudar e contribuir para que nós conheçamos melhor a nossa realidade no que diz respeito a esta matéria, porque certamente vamos conseguir construir soluções mais adequadas e mais idóneas para este problema que é um problema que existe e que naturalmente merece a nossa atenção. -----

Depois queria, sobre a última questão que nos foi apresentada aqui pelo Membro desta Assembleia Municipal, Gilberto Alves, do PSD, dizer que não percebi exatamente a questão em concreto, não a percebi, de qualquer forma, sendo que queria responder de forma genérica. Como sabem, a Feira dos Santos, desde há muito tempo, atrevo-me a dizer, desde há duas décadas, é organizada numa parceria com a ACISAT, em resultado de um acordo que todos os anos é formalizado e que resulta de um acompanhamento, de um compromisso, de um trabalho conjunto entre o Município, neste caso, na área da Vereação da senhora Vereadora Engenheira Paula Chaves e dos Serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, no intuito de fazer um mapeamento para distribuição de espaços para o período de funcionamento, a forma como se distribui pelo território, as ruas que fecham, a segurança, questões de higiene, bem como todas as questões de promoção. Elas são tratadas nesse âmbito, sendo certo, que quem depois as operacionaliza é a ACISAT e, portanto, significa que todos os requerimentos e todos os pedidos de instalação de localização eles são submetidos à ACISAT e a ACISAT toma essa decisão. Queria, sobre este particular, dizer que existem algumas preocupações e eu até estava à espera que me viessem com uma preocupação que não esta, porque esta terá a ver provavelmente as estruturas de venda de farturas, que se localizam por toda a cidade, desde a zona do Hospital, no Jardim do Bacalhau, no Largo do Monumento, junto ao Mercado Municipal, etc. Se repararem, as estruturas das farturas disseminam-se por todo o território da Cidade, sobretudo, na zona mais central e fazem-no em períodos temporais superiores a trinta dias. Portanto, tem havido algum cuidado relacionado com questões de logística no fornecimento de água e de eletricidade que é uma questão sempre prioritária quanto à sua localização, naturalmente à higienização e depois também algumas questões de trânsito, algumas questões tem a ver com risco rodoviário que é um aspeto a ter em consideração e, portanto, tenta-se compatibilizar todos e, a meu ver, o que será feito em 2024, será o que foi feito em 2023, presumo. Presumo, mas há aqui uma questão que é uma questão que me parecia importante relativa à instalação dos divertimentos públicos, ou seja, ao local onde é que possam vir a ser instalados, que como sabem nos últimos anos têm sido instalados num dos parques de estacionamento ao lado do MACNA, depois da ponte junto à Escola Secundária Doutor Júlio Martins. Como sabem, em resultado daquilo que foi a concessão dos transportes e todas as questões que estão a ser discutidas nesse âmbito, o Município de Chaves teve que instalar ali uma estrutura provisória para apoio aos alunos, mas também aos passageiros que querem tomar um conjunto de linhas que vão em direção a um conjunto de Freguesias, isso naturalmente contendaria ou contende com a instalação dos divertimentos públicos. Pois bem, nós fizemos uma reunião com a Auto Viação do Tâmega, com a sua Administração e existe um compromisso informal, que certamente será formalizado, no sentido de que, sem prejuízo das questões que estão a ser discutidas entre a Comunidade Intermunicipal e a Auto Viação do Tâmega sobre a questão da central de camionagem, a Auto Viação do Tâmega com uma atitude de deferência para com o Município de Chaves vai permitir que durante trinta dias possam ser utilizados os cais para que a operação possa ser realizada dentro do próprio centro de camionagem e, portanto, temos aqui uma resposta positiva, a pedido nosso, da Auto Viação do Tâmega que certamente vai minorar esse efeito e vai permitir que durante esses trinta dias nós não tenhamos situações mais complexas que certamente teriam que ser implementadas se não houvesse esta abertura da Auto Viação do Tâmega para esta solução. Eu estava a pensar que seria essa a questão que me trazia aqui, mas não! Tem a ver com farturas! -----

Dizer que o pressuposto é aquele que eu já enunciei e que se estrutura em cooperação com a ACISAT. Os equipamentos são distribuídos e há sempre uma série de composição de interesses, porque nós temos que compor interesses que são divergentes, questões sobre a localização por causa das infraestruturas, questões rodoviárias e outras questões. Temos que fazer uma compatibilização entre os comerciantes das áreas envolventes e aqueles que vendem farturas durante trinta dias, tentando encontrar um equilíbrio entre os residentes e os ocasionais, é isso que procuramos fazer, mas certamente estarei para poder responder ou então procurar a resposta, se necessário for, relativamente à questão concreta que queira naturalmente colocar. Muito obrigado. -----



António José dos Santos, pelo **PSD**, no uso da palavra, disse: -----
Reitero os votos anteriormente manifestados. Só para dizer que relativamente à intervenção do senhor Presidente, eu diria o seguinte, talvez na Ata do Município, em vez de dizer “Propostas de Iniciativa dos Membros do Executivo” deveria dizer “Ideias da Iniciativa dos Membros do Executivo” e depois no seu despacho também despachar a Ideia, eram sempre Ideias e substituir Propostas. Aquilo que eu bato era Proposta, porque é proposta que se fala é proposta e o Português só tem uma palavra é proposta e não é Ideias, trataram sempre isto como Proposta e não como Ideias era só isso. Relativamente, à intervenção do senhor Presidente da Câmara, eu gostaria de fazer um pequeno reparo relativamente ao seguinte: quando aqui disse relativamente à carta educativa que a carta educativa, se calhar até foi a responsável pelo encerramento das escolas, pois digo-lhe ou direi a todos que o encerramento das escolas, não tem nada a ver com carta educativa. A carta educativa não tem nada a ver com encerramento das escolas, o encerramento das escolas decorreu de um ato legislativo e ocorreu em todos os Concelhos do Território Nacional. Todo o Território Nacional foi sujeito a esta história dos mega Agrupamentos e do encerramento de escolas com menos de vinte e um alunos e por aí fora. Esta história de juntar os alunos foi uma iniciativa legislativa que não teve nada a ver com carta educativa. Era só para repor a verdade porque isto aconteceu a nível nacional. O encerramento das escolas principalmente as escolas do interior que foram, as que tiveram maior impacto. Foram aquelas que ficaram sem escolas, porventura, nós ficamos com duas ou três nos meios rurais, mas teve a ver com o número de alunos. Isto decorreu daquilo que estava legislado, não teve nada a ver com carta educativa. Relativamente, ao Centro Escolar, manifesto uma opinião contrária. O Centro Escolar de Chaves é, das coisas mais belas que aconteceram nos últimos anos ao nível da educação, eu acho que está ali um Centro Escolar de excelência onde os alunos têm, uma educação, um ensino de excelência, dizer que às vezes não concorda porque é muita gente junta. Olhe que não, vale a pena ter os alunos juntos, porque só eles é que sabem, o quanto vale a pena estar juntos e socializarem-se, porque nas aldeias, às vezes, apesar de nós gostarmos que as crianças tenham a sua escola, houve este problema, havia falta de alunos, não havia socialização, às vezes era um professor e um aluno hoje não, hoje têm todas as condições, apesar dos custos. -----

Francisco António Taveira Ferreira, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----
Bom dia a todos, na pessoa do senhor Presidente da Assembleia e na pessoa do senhor Presidente da Câmara cumprimento todos os presentes nesta sala. É um ponto de situação, é o seguinte, primeiro declaração de interesses, eu não sou Médico das duas pessoas que vou falar. Ontem à noite recebi um telefonema do senhor Membro desta Assembleia Nelson Montalvão, dizendo que tinha estado no serviço de urgência de Chaves esse é o motivo da ausência nesta Assembleia. Recebi uma comunicação do senhor Vereador Francisco Tavares dizendo que teve alta ontem de manhã. A ausência do Membro desta Assembleia Municipal Nelson Montalvão e do Vereador Francisco Tavares estão justificadas, por motivos de doença. Muito obrigado. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia, **Altamiro da Ressurreição Claro**, efetuou um pequeno esclarecimento dizendo: “penitencio-me pela intervenção que fiz no início”. -----

Gilberto Gomes Alves, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----
Renovo os meus cumprimentos a todos. Para esclarecimento, trata-se, efetivamente, de minipavilhões que vendem faturas. Todos os anos instalam determinadas condições para os clientes. Este ano segundo me foi dado a conhecer, haveria restrições à instalação do equipamento na totalidade, apenas seria permitido instalar metade do equipamento. Muito obrigado. -----

Encerrou este período de Antes da Ordem do Dia o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Reitero os cumprimentos, naturalmente ao senhor Presidente da Mesa, ao primeiro Secretário e à segunda Secretária, aos ilustres Vereadores e Vereadora, a todos os distintos Membros desta Assembleia Municipal, naturalmente aos senhores Autarcas de Freguesia, Presidentes de Junta das distintas Freguesias, público aqui presente, também comunicação social que, entretanto, se associou a nós e à estrutura de apoio a esta Assembleia. Percebo que o senhor Membro desta Assembleia Municipal, António Santos, do PSD, venha aqui fazer discussão sobre semântica. Nós até podemos discutir a



semântica, não me importo nada, porque é uma área que me interessa, mas o que lhe posso dizer é que todas as questões/assuntos que são agendadas, quer por mim, quer pelos demais membros do órgãos executivo, a identificação do mesmo é feito por quem toma a iniciativa. Portanto, se alguém designa uma proposta e se depois a proposta não traduz efetivamente um projeto de regulamento, mas uma ideia, essa naturalmente é uma questão que tem de ser suscitada aos autores, não ao Presidente da Câmara que se limita apenas em fazer o agendamento da forma como foi apresentada. Portanto, queria dizer-lhe a mesma coisa outra vez. Nós considerámos uma ideia, porque se efetivamente tivesse havido um projeto de regulamento, e já agora, faço-lhe um repto, traga cá esse projeto de regulamento para nós vejamos para depois eu poder retratar-me ou poder insistir nessa solução. Se me trouxer aqui um projeto de regulamento, um projeto de regulamento com uma proposta concreta, eu certamente concordarei consigo, até lá, continuo a dizer o que já disse antes e, “mutatis mutantis”, com os fundamentos que apresentei aqui na última Assembleia Municipal. -----

Depois, queria dizer que em função da informação que nos foi trazida aqui pelo Membro desta Assembleia Municipal, Francisco Taveira, do PSD, naturalmente não só relevar as suas ausências, mas, sobretudo, desejar a ambos que tenham uma rápida recuperação quer ao Membro desta Assembleia Municipal, Nelson Montalvão que eu já sabia que tem uma situação de doença e não sabia se se tinha agudizado, desejo uma recuperação rápida e que seja definitiva e depois ao senhor Vereador, Francisco Tavares, do PSD, que eu não sabia que tinha sido objeto de uma cirurgia, desejando-lhe uma rápida recuperação e restabelecimento para que efetivamente fique com a saúde que todos desejamos que tenha. -----

Por último, ao Membro desta Assembleia Municipal, Gilberto Alves, do PSD, dizer que eu não sei em concreto, mas eu estava aqui a conferenciar com os Vereadores, designadamente com a Senhora Vereadora, que, provavelmente, estará a falar de um indivíduo único, de uma situação única que se chama Farturas Brunato. É isso? Pronto, sobre esse assunto devo dizer-lhe que a proposta de 2024 será exatamente igual à de 2023. Agora, se isso está conforme a vontade dele ou não, eu dir-lhe-ei que não, porque ele queria, se calhar, ocupar o estacionamento confinante com o mercado e o pavilhão municipais. Permitam-me que explicito aos senhores Membros desta Assembleia Municipal qual é a questão. Existe um vendedor de faturas, curiosamente é do nosso Concelho e, por isso, considera que deve haver uma consideração especial por ele, mas quer instalar uma estrutura de faturas que ocupe todo o estacionamento adjacente ao Mercado Municipal. Pois bem, se fosse apenas no período relativo à Feira dos Santos, três ou quatro dias, não consideraríamos a existência de um grande problema, agora, ter trinta dias todo aquele estacionamento ocupado tem desde logo um problema, o das quartas-feiras, onde em resultado da Feira Semanal temos um problema de estacionamento e temos as pessoas que acedem ao mercado, que utilizam o mercado, fazem uma crítica reiterada a dizer-nos que não pode ser e, portanto, temos que encontrar aqui uma solução de compromisso. Penso que nós lhe permitimos instalar 18m lineares, portanto, ele pode instalar 18m lineares, não pode ocupar o estacionamento todo, sendo que essa solução foi determinada em 2023 e será a mesma em 2024. No entanto, também lhe propusemos que pudesse identificar outro local para poder instalar toda a estrutura, porque eu acho que ele tem uma estrutura de 32m lineares e o que nós lhe dissemos foi, identifique um local em que possa instalar essa estrutura e nós Município e a ACISAT, porque é uma decisão conjunta, como já disse antes, certamente não colocaremos nenhum obstáculo, agora ter uma solução que tenha depois impactos muito negativos para os demais utilizadores daquela infraestrutura e daquele equipamento que é o Mercado Municipal, parece-nos inadequado. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 26 DE JUNHO DE 2024. -----

A Ata número três, referente à reunião ordinária realizada no passado dia 26 de junho de 2024, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Deputados desta Assembleia. -----

Quatro Deputados desta Assembleia Municipal não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----

António José dos Santos, pelo PSD, no uso da palavra efetuou um pequeno esclarecimento sobre a ata: -----



Relativamente à ata, eu diria o seguinte: ela está praticamente na íntegra daquilo que aqui se passou, de qualquer maneira há algumas omissões, nomeadamente uma intervenção do senhor Presidente que se referia a mim, eu até posso considerar um aparte, mas disse-o aqui na Assembleia relativamente a um assunto que até me estava a tocar, tinha a ver com a minha parte de ser docente, é qualquer coisa que não aparece lá. Ainda bem que retiraram, porque, se calhar, perceberam que aquilo são coisas que não se devem dizer numa Assembleia, era só isso que queria dizer. -----

Em resposta à intervenção do senhor Membro desta Assembleia Municipal, António Santos, do PSD, o senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: -----

Senhor Membro desta Assembleia, quem responde sou eu, porque a ata é da minha responsabilidade, sou eu que a assino em primeiro lugar. A ata não é a reprodução na íntegra do que se passa na Assembleia Municipal, nem tudo é reproduzido na ata, normalmente é o essencial que é dito. Eu gostaria, inclusivamente, que as atas pudessem ser um pouco mais curtas, mais concisas, mas é o possível, é o compromisso possível, é natural que alguma coisa não esteja lá, mas não me venha pedir especificamente o que lhe diz respeito, outro Membro desta Assembleia tem outro assunto que lhe diz respeito, tinha que estar na ata, se acha muito importante, diz o que se passou na Assembleia Municipal e diz, eu gostaria que ficasse na ata isto, e nós colocamos na ata se, de facto, estiver de acordo com a realidade. É um esclarecimento que serve para agora e para o futuro. Há mais algum Membro desta Assembleia Municipal que queira referir-se à ata? -----

A ata foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

PONTO 2 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para efetuar uma retificação à sua informação. -----

Renovo cumprimentos à Mesa, ao senhor Presidente e naturalmente aos seus Vogais, aos Membros do Executivo Municipal, aos Membros desta Assembleia Municipal e a todos os que se encontram nesta sala, independentemente da sua qualidade. Queria só dar aqui uma nota, na informação que foi aqui apresentada sobre as atividades mais relevantes, na quinta participação, há aí um pequeno lapso, quando se diz “*ligação rodoviária*”, não é ligação rodoviária, é ferroviária, depreende-se do texto, mas há de facto um lapso de escrita que queria que ficasse registado, porque, de facto, existe um erro de escrita na informação. Depois, queria também prestar uma informação atualizada sobre o mapa de passivos e ativos contingentes para além daquela que está vertida na informação, uma vez que, entretanto, os nove contratos que aqui se identificam e que estavam pendentes de assinatura do IP por causa das estruturas de apoio e das estações da REFER, inclusivamente este edifício onde nos encontramos, foram assinados no dia 18 deste mês. Portanto, neste momento, o Município de Chaves já é subconcessionário de todas essas infraestruturas. -----

Depois, queria também dar nota que a concessionária é a IP, faz parte do domínio Público Ferroviário e, portanto, o Estado concessionou o domínio público ferroviário à IP-Portugal e a IP-Portugal subconcessionou ao Município de Chaves, aliás, na sequência de uma deliberação que já foi tomada nos Órgãos em dois momentos distintos. -----

Depois, queria também dar nota de que, desde a elaboração desta informação, existe uma decisão favorável ao município de Chaves que é do processo 261/23 da Chavidisis, onde decorria uma pendência de 163 097,19€ no Tribunal a favor do Município. Neste momento já existe uma decisão definitiva a favor do Município e a decisão é irrecorrível, portanto, vamos ter direito a este dinheiro. Obrigado. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Renovo cumprimentos, dois aspetos: Decorreram as comemorações do Dia da Cidade e a CDU, gostava de deixar aqui o registo das felicitações à Autarquia pela forma como organizou o assinalar desta data, em especial no ano do 50º aniversário do 25 de abril. Num segundo aspeto, o senhor Presidente em parte já abordou essa questão, mas ainda a propósito da abertura do ano escolar, falando dos assistentes operacionais, julgo haver uma greve nacional marcada para o dia 4 de outubro que mostra o seu descontentamento. O senhor Presidente fala dos rácios de assistentes operacionais e, nós sabemos que o Centro Escolar até pela dimensão que tem, tem mais de duas dezenas de crianças com necessidades



educativas especiais e uma coisa são os rácios que estão definidos na Lei outra coisa é também a opinião da Autarquia que tem essa responsabilidade de entender se esses rácios asseguram que as crianças do Centro Escolar, tenham o acompanhamento devido. Ainda que a ausência de um ou de dois assistentes operacionais não coloque em risco os cuidados que estas crianças necessitam. -----

Constatar mais uma vez que a CDU, contestou a nível nacional a delegação de competências para as Autarquias. Não existindo instrumentos legais, não tem a base de recrutamento para poder aumentar o recrutamento de mais assistentes operacionais. Gostava que esse assunto ficasse nítido e que o senhor Presidente desse a sua opinião e se entende que, independentemente do que está na Lei sobre os rácios o número de assistentes operacionais do Centro Escolar permite corresponder às concretas necessidades, durante o tempo de prolongamento quando acabam as AEC. Porque muitas crianças ficam até muito tarde como é que a Autarquia que até tomou uma iniciativa positiva, de premiar os partos como forma de apoiar a natalidade, outros aspetos é assegurar que as crianças nas Escolas e no Centro Escolar que é a Escola maior de todas, tem todas as condições para funcionar. Muito obrigado. -----

No uso da palavra, o Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: -----

Senhor deputado, permita-me ainda que faça uma pequena consideração sobre a sua intervenção, falou sobre o 25 de abril e a importância, de facto, da sua realização e do papel da Câmara Municipal, mas também o papel da Assembleia Municipal, não conte comigo para desvalorizar o papel da Assembleia Municipal. De facto, o grande obreiro é sempre a Câmara Municipal, porque tem os meios, mas a Assembleia Municipal tem um ato em conjunto com a Câmara Municipal que é comemorar o 25 de abril e participar nestas ações, penso que este assunto deve ficar assinalado. Muito obrigado. -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Renovo os cumprimentos iniciais, senhor Presidente da Assembleia, senhor Secretário, senhora Secretária, senhora e senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta e todos que se encontram neste espaço. Quanto à questão das cerimónias do 25 de abril e todas as iniciativas que foram feitas nesta celebração do meio século do 25 de abril, quiseram, naturalmente, representar a expressão dos Órgãos do Município e de todos os cidadãos em geral que, de facto, nós estamos comprometidos com a liberdade, com a democracia e com aquilo que são os postulados dessa mesma revolução e, nessa perspetiva, 50 anos mereciam e mereceram-no, sendo que tal foi evidenciado pelas iniciativas conjuntas, com algum ecletismo, para que pudéssemos dar nota, e sobretudo aos mais jovens, da importância do 25 de abril e da importância de estarmos sempre presentes, vigilantes e sermos construtores da democracia e da liberdade, porque é absolutamente essencial. As cerimónias do dia da Cidade também estiveram integradas nesse contexto, isso não podia ser desligado dos 50 anos e, naturalmente, de uma celebração do Município concretizada pela Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal, pelas Autarquias de Freguesia e por todos os cidadãos. Considero que se tratou de um momento bonito, muito interessante. Eu, particularmente, registei e ficará, certamente, na minha memória, porque, de facto, foi uma cerimónia ou um conjunto de cerimónias que me sensibilizaram e que dizem muito daquilo que nós vivemos sobre o 25 de Abril. Depois, queria sobre uma questão apresentada, não dando uma resposta suficientemente pormenorizada, apesar de eu trazer a informação toda, mas estava à espera que alguém fizesse a pergunta e não fez. É que nós estamos no período da informação do Presidente e não no Período de Antes da Ordem do Dia e, portanto, não vou dizer aqui quantos alunos há em cada Escola, em cada Estabelecimento, quantas turmas, dos diferentes níveis de ensino e quantos alunos temos no Concelho neste momento. Registo o facto de não existir nenhuma interpelação sobre as questões relacionadas com a Animação de Apoio à Família, de quantas Escolas têm esta resposta e quantos recursos humanos estão afetos, são 21 animadores, não vamos nem relativamente às respostas que nós asseguramos no âmbito da Componente de Apoio à Família, no nos períodos de antes e depois das atividades letivas e também nos períodos de pausa, nem das Atividades de Enriquecimento Curricular, porque o facto de nenhum Membro da Assembleia Municipal vir suscitar esta questão, não tendo necessidade desta questão, podemos extrair a conclusão de que está tudo bem. Recordo, ainda, o que aconteceu o ano passado, e, portanto, pelos vistos, este ano, não houve nenhuma interpelação, significando isto que está tudo bem. -----



Quanto à questão concreta formulada, vou-me só limitar a dar os dados sobre rácios. Nós tínhamos que dotar o Agrupamento de Escolas Doutor Júlio Martins de sessenta e um assistentes operacionais, sendo que temos setenta e um, ou seja, dez assistentes operacionais a mais. O Agrupamento de Escolas Doutor António Granjo tem de ser encontrar dotado de sessenta e três assistentes operacionais, sendo que, neste momento, tem alocados setenta e seis assistentes operacionais, ou seja, são treze assistentes operacionais a mais. O incremento, neste caso, está relacionado com a questão que abordada há pouco, designadamente, dos acompanhamentos mais dedicados aos alunos com necessidades especiais. O Agrupamento de Escolas Fernão de Magalhães tinha que se encontrar dotado com quarenta e um assistentes operacionais, encontrando-se, neste momento, com quarenta e cinco assistentes operacionais. Portanto, como perceberá, no conjunto dos Agrupamentos de Escolas, para além do rácio estabelecido, temos alocado mais vinte e sete assistentes operacionais, sendo que tal opção reflete de forma inequívoca a nossa preocupação. Perguntar-me-á, são absolutamente suficientes?! Porventura, nunca são suficientes por uma razão muito simples, em função do facto de termos alunos que precisam quase de um assistente operacional por aluno, e como compreenderá, nós não temos recursos, nem meios, nem condições para ter cinquenta e, portanto, vamos ter todos em conjunto, a administração central, a Autarquia e famílias que encontrar respostas para aquilo que são as necessidades específicas de cada um dos nossos alunos. -----

José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia, novamente senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Secretário, senhora Secretária, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhora Vereadora, senhoras e senhores Presidentes de Junta, senhoras e senhores Deputados Municipais, toda a comunicação social e todos os operadores que dão apoio a esta Assembleia Municipal. Hesitei em vir aqui pela seguinte razão eu julgo com a dúvida que tenho aqui, com o senhor professor Altamiro que devo ser o único homem que tem 50 anos do 25 de abril quero me referir 50 anos de aderir a um partido político e começar a participar na vida ativa da política, ao longo dos 50 anos não sei se o senhor professor Altamiro, aderiu ao PS em 1974, eu aderi. Só quero dizer o seguinte eu continuo fiel aos meus princípios, de liberdade, de democracia participar para bem, da Região, do meu Concelho e, do País fui sempre um homem fiel a esses princípios dei, dentro do meu entendimento e da matriz que eu defendia tudo a um partido político e, não há dúvida nenhuma que me sinto muito triste. Quando eu falo no 25 de abril eu olho para os 50 anos que tenho atrás de mim e digo o que é que tu andaste a fazer durante 50 anos? Para que de facto durante estes 50 anos não houvesse alguém do teu próprio partido, a nível local, a nível distrital e, a nível nacional que ainda não tivesse reconhecido o teu valor era só isso. É lamentável que, de facto, estas coisas aconteçam, mas eu vou continuar de pé, forte, seguro em defesa desses valores e desses princípios desculpe este meu desabafo, mas eu tinha que dizer isto. Muito obrigado. -----

No uso da palavra, o Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, comentou a intervenção do senhor Membro desta Assembleia Municipal, José Pimentel, do PSD: -----

Muito obrigado, senhor Membro desta Assembleia Municipal, posso dizer que sim, cheguei da Guiné no dia 26 de junho de 1974 e passados 15 dias eu aderi ao PS. Penso que é importante salientar o papel destas pessoas que ao longo de tantos anos lutaram pela democracia, com o seu ponto de vista, com outros ideais, é no confronto de ideais que se constrói a democracia, portanto, parabéns ao senhor Membro desta Assembleia Municipal, José Pimentel Sarmento e a todos aqueles que se envolveram nos partidos políticos para, nesta luta, uma luta, entre aspas, democrática, homenagear todos aqueles que têm dado anos da sua uma vida, sem procurar obter nada pessoal, pela democracia e pela liberdade. Muito obrigado. -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Renovo cumprimentos à Mesa, senhor Presidente e senhores Secretários, aos senhores Vereadores e a todos os Membros desta Assembleia Municipal. A minha vinda aqui foi para tentar perceber o sentido e o propósito da intervenção do senhor Membro desta Assembleia Municipal, José Pimentel, do PSD, porque fiquei com algumas dúvidas daquilo que fosse a intenção subjacente a esta intervenção. O que eu disse antes não visou minorizar, nem sequer diminuir a intervenção de ninguém, nestes 50 anos de 25 do Abril.



Portanto, nós quisemos colocar em evidência o legado, deixar memória e transmitir mensagens aos mais jovens, quanto à relevância do 25 de Abril e do papel importante e insubstituível de um conjunto de cidadãos dos diferentes quadrantes políticos que foram absolutamente essenciais, não só para a revolução para que ela acontecesse, mas, depois, para que ela pudesse ser defendida e que ela pudesse ter sido trazida até hoje como testemunho fundamental daquilo que é a nossa visão humanista do mundo. Depois dizer, que todos os anos, o Município, o Órgão Executivo, faz propostas de condecorações e, como sabem, elas resultam de propostas do Executivo Municipal liderado por mim, quer dos Vereadores do PSD e, portanto, isso é um consenso que resulta nesse contexto. -----

Antes de terminar este ponto, usou da palavra o 1º Secretário da Mesa, **Anselmo José Martins**, que disse: -----

Se o senhor Presidente me autorizar, eu quero recordar a esta Assembleia Municipal que quer eu, quer o senhor Membro desta Assembleia Municipal, José Pimentel, do PSD, já fomos agraciados com uma Medalha de Ouro do Município por todo o nosso trabalho desenvolvido ao longo destes últimos 40/50 anos, portanto, nós já fomos agraciados. Já agora, senhor Membro desta Assembleia Municipal, José Pimentel, também vou dar uma informação a esta Assembleia Municipal, provavelmente, a esmagadora maioria das pessoas não saberão, eu tenho 35 anos ininterruptos de Membro desta Assembleia Municipal, provavelmente mais ninguém aqui os terá, é só esta a informação, muito obrigado. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 3 – 2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2024. INFORMAÇÃO Nº 18/DDEF/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado: -----

Francisco António Taveira Ferreira, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos, na pessoa do senhor Presidente da Assembleia e, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, cumprimento todos os presentes na sala. Nesta informação de Alteração Orçamental é só para dizer duas coisas, a primeira é que o PSD vai votar favoravelmente esta alteração é, uma votação nominal pela regência legal e, já agora deixava já claro para não estar sempre a vir aqui que os próximos pontos ou sejam Ponto 4 e Ponto 5 também votaremos favoravelmente. Muito obrigado. -----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, com sessenta e dois votos a favor, de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: Pelo Grupo Municipal do PS : Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Domingos de Moura Alves, José Francisco de Resendes Carreiro, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Abílio do Nascimento Ramos, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues e Ricardo Vassal Coutinho. -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, António José dos Santos, André Fontoura Faria, Olga Machado Ferreira, João Luís Gonçalves Rodrigues, Pedro Miguel Vieira Miranda e Gilberto Gomes Alves. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo de Independentes: Helena Cristina Gonçalves Santos e Vítor José Gomes. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradelas de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, em representação de Santo Estevão António Manuel da Costa Ramos, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Adma



Ribeiro Ibrahim, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras) – Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes nove membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: -----

Pelo Grupo Municipal do PS Sónia Cristina Adães Ferreira. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD: Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Cimo de Vila da Castanheira - Lúcia Maria Chaves Silva, de Moreiras – António José Alves Lopes, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) – Luís Saraiva Garcia de Sanfins – Sara Cristina Trinta Morais, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Antero Luís Ginja e de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues. -----

PONTO 4 – REGULAMENTO MUNICIPAL DO DIREITO À HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 101/GAPV/2024; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Reitero cumprimentos à Mesa, senhor Presidente, senhores Secretários, senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta, comunicação social, público presente e também ao staff de apoio a esta reunião. Faço uma breve apresentação para explicitar a motivação subjacente a esta necessidade de aprovação deste Regulamento. Não serei muito extenso, depois, se for necessário, descenderemos ao detalhe. Este é o Regulamento está diretamente relacionado com as questões habitacionais, originariamente muito circunscrito às questões da renda apoiada da dita habitação social e, portanto, o Município tem há muitos anos um Regulamento que disciplina a gestão, o acesso, a atribuição de habitações e também o arrendamento nesse domínio. Pois bem, no âmbito daquilo que é a estratégia do primeiro direito que foi definida pelo Município de Chaves tendente à requalificação e à disponibilização de uma oferta crescente habitacional na área social e na área do arrendamento acessível, foi necessário alterar o Regulamento, porquê?! Porque o Regulamento não tinha disciplina normativa alguma sobre a questão do arrendamento acessível e, por isso, ao mesmo tempo que se dá tradução e se operacionaliza esta estratégia e se requalificam e se fazem intervenções num conjunto do edificado Municipal, é necessário construir os instrumentos normativos que possibilitem depois fazer aberturas de candidaturas e fazer a respetiva seleção e atribuição dessas habitações. -----

Como sabem, nós, neste momento, temos uma estratégia aprovada, tem uma dimensão pública e uma dimensão privada, sendo que a dimensão privada está mais difícil por um conjunto de vicissitudes que poderão ser explicitadas se assim o entenderem. Na dimensão pública temos um conjunto de intervenções, a intervenção mais importante, mais relevante diz respeito ao Bairro dos Fortes e vem na sequência de uma reabilitação de treze moradias que já foram intervencionadas há alguns anos por nós e, agora o que se pretende é fazer uma intervenção nos seis blocos deste Bairro e também fazer alguma requalificação nas zonas adjacentes. Trata-se de uma intervenção iniciada, cujos trabalhos decorrem já em dois dos seis blocos, constituindo-se como uma intervenção de carácter complexo nas várias dimensões, na transferência das pessoas, na acomodação das mesmas, na intervenção no próprio edificado, sendo um edificado bastante antigo e, portanto, é necessário ter alguns cuidados. Depois, dizer que esta intervenção não vai transformar estas habitação em habitações novas, requalificadas sim, mas não novas. A mesma terá o grande objetivo central de remover toda a cobertura de amianto, de substituir caixilharias e aplicar capoto para melhorar o desempenho e o conforto térmico. Tratam-se assim de um conjunto de infraestruturas que certamente vão melhorar em muito a condição do uso destas habitações. Ao mesmo tempo, também nos encontramos a levar a efeito um conjunto de construções relacionados com o arrendamento acessível, designadamente habitações não destinadas a agregados familiares que



têm determinadas carências e, portanto, têm um determinado perfil económico, social e financeiro, mas é para outros grupos da população que têm rendimentos que não são elegíveis para habitação social, mas que também têm muita dificuldade em aceder ao arrendamento disponível dada a situação do mercado. Nesse contexto, temos intenção de construir cerca de trinta habitações entre apartamentos e moradias, e na verdade já temos, neste momento, cinco concluídas, uma construção concluída no Bairro engenheiro Branco Teixeira e mais quatro moradias geminadas, reconstruídas perto de Casas dos Montes. Estamos também a edificar oito construções na Madalena e temos também projeto para mais dezoito no centro histórico, mas, verdadeiramente, já nos encontramos em condições de poder colocar a concurso, cinco, e para isso tínhamos que ter um instrumento normativo. Nesse sentido, este Regulamento, para além de introduzir alguns ajustamentos e atualizações de algumas matérias que entretanto foram acontecendo, a verdade, é que no essencial, a motivação principal, o propósito fundamental, foi criar um instrumento, criar normas com base em habilitação legal para que efetivamente possamos o mais brevemente possível abrir um procedimento para que as pessoas possam, os potenciais destinatários possam concorrer a estas habitações que são de muita qualidade. De facto, elas serão depois atribuídas em função daquilo que é o âmbito e os critérios de acesso e de recursos que estão neste regulamento. Portanto, a decisão vai ser tomada com base nos critérios que estão nesse regulamento, designadamente nalguns dos seus anexos. Muito obrigado. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado: -----

Melissa Alexandra Carvalho Lopes, pelo, **PS**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia, novamente renovo cumprimentos, apesar do senhor Presidente da Câmara, ter feito aqui já uma breve nota sobre este regulamento, penso que é um tema muito importante e, portanto, o Grupo Municipal do Partido Socialista, gostaria de dar aqui algumas notas. -----

“É com sentido de responsabilidade que me dirijo a esta Assembleia para abordar um tema de extrema relevância: o Regulamento Municipal de Direito à Habitação. -----

A habitação é um dos direitos fundamentais consagrados na nossa Constituição e representa a base para uma vida digna, estável e segura. A sua garantia não pode ser apenas um conceito teórico, mas deve materializar-se em soluções concretas e eficazes para todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis. -----

Nos últimos anos, temos assistido a uma evolução no mercado habitacional que tem gerado desafios complexos: o aumento dos preços no arrendamento, a escassez de oferta habitacional acessível, a especulação imobiliária e o fenómeno da gentrificação, que tem vindo a empurrar as famílias para a periferia das nossas cidades. Estes fatores, aliados a crises económicas, tornam a habitação um bem cada vez mais inacessível para uma grande parte da população. -----

Por estas razões, o Regulamento Municipal do Direito à Habitação surge como um passo crucial no caminho para a promoção de um acesso universal e equitativo à habitação. -----

Este regulamento pretende ser uma resposta local para combater os problemas habitacionais que afetam a nossa comunidade. É um mecanismo para concretizar a estratégia nacional em matéria de habitação, adaptada às especificidades e necessidades do nosso município. -----

Permitam-me salientar alguns dos pontos mais importantes que constam deste regulamento: -----

1) O regulamento define, com clareza e transparência, os critérios de elegibilidade para acesso à habitação pública municipal, tendo em consideração as famílias com rendimentos mais baixos, famílias numerosas, idosos e pessoas com deficiência. É fundamental que se mantenha uma avaliação justa e rigorosa para garantir que os apoios chegam a quem realmente mais precisa. -----

2) Reconhecendo o impacto do aumento dos preços, o regulamento prevê a criação de mecanismos de incentivo à construção e reabilitação de habitações a custos controlados, fomentando a cooperação entre o município, entidades privadas e associações de habitação. Esta medida é essencial para aumentar a oferta de habitação acessível. -----

3) O regulamento prioriza também a reabilitação do parque habitacional municipal existente, garantindo a sua eficiência energética, promovendo a qualidade de vida dos atuais moradores e a sustentabilidade ambiental. -----

4) Assegura também uma resposta para casos de emergência habitacional, como situações de despejo, vítimas de violência doméstica ou catástrofes. O apoio nestas situações é crucial para garantir a segurança e a dignidade dos cidadãos. -----



5) *Propõe a criação de incentivos ao arrendamento acessível e ao aumento da oferta de habitações no mercado de arrendamento a preços regulados, promovendo, assim, a estabilidade para as famílias que não têm possibilidade de aceder à compra de habitação.* -----

Reconhece-se que o Município pretende ir ao encontro dos objetivos e instrumentos de atuação de Nova Geração de Políticas de habitação, em harmonia com a resolução do Conselho de Ministros n.º50-A, de 2018. -----

Verifica-se que o Município, com base na atualização da Estratégia Local da Habitação, aprovada em reunião de Câmara Municipal e apresentada em Assembleia Municipal do dia 28 de fevereiro de 2024, pretende, inequivocamente, o alargamento do âmbito dos beneficiários da política local de habitação que não se encontram em condições de aceder ao mercado habitacional; e por outro lado em criar um parque habitacional público a custos acessíveis, disponibilizando habitações integrantes do seu património, ou sob a sua gestão, para habitação própria e permanente, de agregados de classe média, ao abrigo do regime de arrendamento acessível. -----

Nesta senda, sublinha-se que quase todo o edificado social foi remodelado ou está a ser, representando um investimento do Município de milhões. No âmbito do 1º Direito, já se deu início às obras no Bairro dos Fortes e as habitações abrangidas implicam um investimento que irá ultrapassar também muitos milhões. Senhoras e Senhores, -----

A implementação deste regulamento representa um compromisso do município para com o bem-estar de todos os seus cidadãos. O direito à habitação não pode ser visto como um privilégio, mas sim como um direito inalienável. Este é o momento de reafirmar o nosso empenho em trabalhar por uma cidade mais justa, onde todos possam ter acesso a uma habitação digna, segura e acessível. -----

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do PS entende que este regulamento deva ser aprovado e que, em conjunto, possamos contribuir para uma política habitacional mais inclusiva, equitativa e sustentável. --- Muito obrigada. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 5 – 2.ª E 3.ª ADENDAS AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA N.º ARSN_006/2023 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE. PROPOSTA Nº 106/GAPV/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com sessenta e um votos a favor e uma abstenção. -----

PONTO 6 – PISCINAS MUNICIPAIS DE CHAVES – ENTRE A RUA DR. JOÃO MORAIS E ALAMEDA DE TRAJANO, NA FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 687/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ARQUITETO JOSÉ PAULO ROXO, DATADA DE 26/08/2024; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito muito bom dia a todos, senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Secretário, senhora Secretária, senhora Vereadora, senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, senhores Presidentes de Junta que também são Membros, público aqui presente, comunicação social e staff de apoio. É com uma grande satisfação que trago esta proposta à Assembleia Municipal relativa ao cumprimento de mais um passo processual, com vista à aprovação do projeto das Piscinas Cobertas Municipais. Estamos a falar de uma proposta que tem que ser produzida pelos Órgãos do Município, Câmara Municipal, sobre a construção de um caminho tendente à aprovação dos projetos que nos permitam lançar o concurso para a construção de uma infraestrutura capaz de responder modernamente às necessidades desportivas em matéria de natação e lazer dos nossos concidadãos até com uma satisfação redobrada, porque estou a ver a luz ao fundo do túnel. A presente proposta contém os mesmos fundamentos e propósitos da submetida a esta Assembleia Municipal no dia 28 de setembro de 2022, portanto, há quase dois anos, sendo que o processo se explica de uma forma muito simples. Tiveram oportunidade, nas muitas sessões desta Assembleia Municipal, de ir acompanhando as preocupações e as limitações que íamos conhecendo relativamente à implementação do processo tendente à aprovação



das Piscinas Cobertas Municipais. Tiveram oportunidade de conhecer, desde o início, a nossa estupefação e a surpresa, quando em 2019/20, conhecemos as limitações e os impedimentos que então a Agência Portuguesa do Ambiente, suscitava sobre ampliação das atuais Piscinas Municipais por se localizarem, diziam eles, na margem do rio e por se encontrar numa zona de risco de inundação, por conseguinte, não se poderia agravar esse risco, não se podia construir um edifício e não ser a reabilitação das Piscinas existentes. Pois bem, essa estupefação resultou da circunstância de nós não compreendermos que não tivesse havido já trabalho técnico, trabalho político, no sentido de avaliar, de conhecer, enfim, de se informarem sobre as limitações de um qualquer projeto, porque ter um projeto não é apenas ter uma ideia, ter um projeto, é ter uma proposta com linhas estruturantes, balizadas no contexto e de acordo com as regras do seu licenciamento. Percebemos, no ano de 2019 e de 2020, que sobre as Piscinas Municipais não havia nada feito, não havia projeto, não havia anteprojeto, não havia nenhuma informação de nenhuma entidade e, portanto, contrariamente ao que nós pensávamos, que tinha havido já um caminho, porque pensávamos nós que umas Piscinas que nos tinham vendido em sucessivas campanhas eleitorais, tinham dado tradução a um projeto ou pelo menos a um anteprojeto ou, quiçá, digo eu a quê?! A uma tentativa de indagação das limitações urbanísticas, designadamente da reserva agrícola e da reserva ecológica para se construir uma Piscina. Pois bem, nós temos aqui uma proposta reiteradamente subscrita pelos candidatos do PSD ao Executivo Municipal que dizia assim *“complexo piscinas cobertas e piscina olímpica descoberta de Chaves, o plano de pormenor prevê umas piscinas cobertas constituídas por dois tanques, um para aprendizagem com 17x18m e outro para competição com 14x25m, ficarão servidas todas as infraestruturas e equipamentos necessários ao desenrolar de qualquer atividade competição: natação, pólo aquático, hidroginástica, natação artística e depois outra piscina descoberta com 17x50m”* e até se apresentava uma imagem com as fotografias. Hoje, percebemos todos que isto era uma falácia, percebemos todos que, afinal, verdadeiramente não havia projeto, o que havia era uma imagem, havia um pouco mais que uma ideia, havia uma imagem, a imagem está aqui, esta imagem era, como todos percebemos, uma mentira. Nós hoje não estamos a falar de uma mentira, não estamos a falar de uma ideia, estamos a falar de um projeto, um projeto que já existe, que tem trabalho, que tem certamente muitos contributos de muitos técnicos e o contributo de muitos profissionais, esse trabalho está quase no fim da aprovação do projeto que permitirá lançar o concurso. O que nós fizemos a 29 de setembro de 2022, foi trazer a esta Assembleia um pedido para que esta Assembleia deliberasse o seguinte: delibera-se que era importante, que era estratégico, que era relevante, que era um projeto de interesse municipal e estratégico para a região, fazermos as Piscinas Municipais naquele espaço do Tabolado. Pois bem, nem na Câmara, nem na Assembleia Municipal houve hesitação, nem sequer houve considerações, todos sem exceção, eu na Câmara e os Vereadores e aqui nesta Assembleia os senhores Membros desta Assembleia Municipal votaram por unanimidade aprovando o quê?! Aprovando uma deliberação a dizer que esse projeto, naquele local, naquelas circunstâncias, com aquelas características era importantíssimo e, portanto, tinha a marca de interesse municipal e era estratégico para a região. Continuo a entender e a sufragar aquilo que disse na altura, entendo exatamente o mesmo, porque nós, à data, estamos numa fase prévia e foi todo um trabalho importante de sensibilização, de fundamentação, de explicitação junto da APA, e podem acreditar que foi um processo difícil, eu diria que foi o processo mais difícil, até hoje, de obter uma decisão favorável da APA relativamente a esta possibilidade de nós termos uma Piscina naquele local, aproveitando a sua localização excecional, a sua centralidade, mas, particularmente, a circunstância de termos geotermia ao lado e podermos ter uma Piscina coberta em que uma parte substancial dos custos de funcionamento, particularmente no que diz respeito ao aquecimento da água e, do ar, possa ser feito a custo zero, isto foi decisivo. Aliás, eu posso dizer-vos que para nós conseguirmos influenciar positivamente as diferentes estruturas da APA, desde a Regional até à Nacional, quanto à bondade dos propósitos, quanto à relevância deste projeto e quanto à necessidade da sua execução, foi importante a existência no local já de uma construção, mas, mais importante que isso tudo, foi a circunstância de percebermos que este projeto, que esta proposta está alinhada com uma das prioridades políticas deste próximo Quadro Comunitário, aliás, eu digo da Europa, que é a transição climática, nós estamos com este projeto a fazer uma coisa essencial, vamos contribuir decisivamente não só para a redução e para a poupança da energia e para a eficiência energética, mas, ao mesmo tempo, também para quê? Para reduzirmos a produção de CO₂, porque esta Piscina vai ter, não digo integralmente, mas muito perto dos 100%, 98% dependendo dos dias, vai ter o quê? A capacidade de funcionar com base em energia renovável que tem esta



particularidade renova-se e não produz CO2, pois bem, foi com este argumento, com a centralidade, com as pessoas que podem ser servidas por este equipamento que conseguimos o quê? Que a APA tivesse dado um parecer favorável condicionado, mas favorável. -----

Portanto, nós agora na fase final, já na fase final tendente à elaboração dos projetos de execução, nós pedimos parecer como tinha que ser, porque sem isso não podemos lançar o concurso a um conjunto de entidades, todas as entidades deram parecer favorável também a APA e reitero o tipo de parecer, parecer condicionado, apenas com uma condição que cumpramos as anteriores especificações, que reiteremos o interesse deste projeto, pois bem, o que nós estamos a fazer aqui, é dar tradução, dar cumprimento a uma das condições que a APA nos coloca que é: digam novamente se, de facto, o projeto é importante ou não? Eu não tenho dúvida, ele é absolutamente decisivo e crítico e só peca por tardio, porque já devia ter sido executado há dez ou vinte anos e, portanto, para nós isso é absolutamente essencial, é muito, muito importante que aconteça. Curiosamente, aconteceu, neste processo de licenciamento, algo estranho, é que as reuniões que foram feitas com vista à definição dos requisitos técnicos para poder ser validado pelo IPDJ e que foi aceite, foi, posteriormente, atribuído um parecer desfavorável, alegando que não continha todos os elementos. -----

Portanto, nós, neste momento, estamos, até ao final da próxima semana, a trabalhar para responder às questões técnicas da área de circulação e outros aspetos que o IPDJ suscitou, curiosamente porque mudou de técnico. Enfim, mudam-se os técnicos, mudam-se as opiniões, mas acredito que é algo que, naturalmente, será ultrapassado. Portanto, significa que nós, muito provavelmente durante o mês de outubro, estaremos em condições de pôr este projeto em revisão de projetos, porque todos os projetos municipais com mais de 400 mil euros de estimativa orçamental e execução serão submetidos a revisão de projetos. Neste caso, temos que contratar essa revisão de projeto, esse processo está em curso e nós estamos a fazer tudo para que até ao final do ano ou início do próximo ano nós tenhamos condições para quê? Para abrir o concurso para a construção destas Piscinas cobertas há muito ambicionadas e nunca executadas e vamo-lo fazer verdadeiramente com recurso a financiamento externo bancário. Se bem me ouviram desde o início do primeiro mandato até hoje, sempre disse uma coisa e reitero, não mudei de opinião, vamos ter necessidade de pedir empréstimo para as Piscinas. É verdade, vamos fazê-lo, pelo menos, a proposta será subscrita por mim, mas parece-me absolutamente essencial que possamos corrigir, possamos resolver um dos problemas que ainda temos de estrangulamento, como eu disse de manhã, nós já evoluímos muito na questão da captação de investimento, naquilo que é a nossa capacidade económica, na afirmação económica, no turismo, na parte da indústria, enfim, temos dinamismo, temos atração, já crescemos muito na questão de investigação, no ensino superior. -----

É tempo de fazer, é tempo de concretizar, é tempo de dar resposta a uma necessidade das populações, há muito demandada e muito procurada. Posso até dizer o seguinte, a Piscina Municipal que terá sido construída ou aberta ao público em 1981/1982, está hoje claramente com grandes dificuldades, está numa situação de emergência, por isso, é urgente encontrar uma solução de substituição e fazer o que nós queremos fazer que é, ali, nessa localização central para os mais seniores e também para as escolas e para aquilo que é o desporto escolar, para toda a população em geral a circunstância de ter balneário termal ao lado, termos 2 tanques com 25m, portanto, dois tanques com medidas semiolímpicas e, ao mesmo tempo, um tanque de aprendizagem e com todos os outros equipamentos, certamente, todas as pessoas, todos os cidadãos, todos aqueles que, por exemplo, durante o verão utilizam as Piscinas Municipais agradecerão. É o que nós sentimos, da relação que eu tenho com as pessoas que eu atendo, algumas delas mais seniores, o que dizem, é que é urgente, que é imperioso, nós termos as Piscinas, pois bem, nós queremos dar tradução a esse sentir, ajudem-nos, por favor, a concretizar esse objetivo. Muito obrigado. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia, cumprimento a Mesa, senhor Presidente da Assembleia, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Membros desta Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, público aqui presente funcionários e pessoal de apoio a esta Assembleia Municipal. -----

A este propósito das piscinas da última vez que aqui falamos recorde com alguma piada o comentário que o senhor Deputado Manuel Cunha, da CDU, fez que disse *“que eu falei de forma tão efusiva que*



dava a sensação que as piscinas já iam ser inauguradas”, é verdade senhor Deputado, digo-lhe muito sinceramente, de facto, eu lancei e com certeza é comum a todos os flavienses e nesse sentido ao senhor Presidente, à senhora e aos senhores Vereadores, portanto, a toda a equipa municipal, aqui deixo, em nome da população flaviense e, em nome do Grupo Municipal do PS, um sincero agradecimento, acompanhado por um voto de parabéns. -----

Como disse o senhor Presidente “há um conjunto de passos e um conjunto de etapas que têm que ser superáveis” e parece que finalmente estamos a entrar na fase em que o projeto vai sair do papel e materializar-se, sendo certo que ainda faltaram alguns pormenores. -----

“É um equipamento municipal que conta com mais de 40 anos, um equipamento essencial, que há anos reclamava uma profunda intervenção, significa que o projeto de reestruturação tem um evidente interesse estratégico e municipal; -----

Acresce que não se trata de uma simples intervenção de fachada e sem qualquer melhoria evidente, pois este equipamento vai passar a estar dotado de mais serviços, como sejam um ginásio para atividades físicas, e um espaço de lazer com sauna e banhos turcos; -----

Destaca-se a racionalidade do que se vai executar, não se deixando levar por megalománias e desproporções desenquadradas da nossa realidade demográfica e turística; -----

Um projeto assertivo, objetivo, racional e pensado com toda a ponderação e no interesse da população aqui residente; -----

Apetece perguntar: porque razão se demorou tanto tempo? Finalmente começamos a ver a materialização destas realidades substantivas; -----

E nesse sentido, reiteramos aqui o brilhante desempenho, razão pela qual merecerá o nosso sentido apoio e voto favorável!” -----

Muito obrigado, tenho dito. -----

José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Renovo cumprimentos, senhor Presidente em exercício, senhora Secretária, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta, comunicação social e, todo o pessoal operacional que dá assistência a esta Assembleia. Ouvi com muita atenção as palavras do senhor Presidente no início e, de facto é verdade, que nesta Assembleia já foi debatido o assunto pelo menos apresentado em 2019, 2022. Em 2022 não fiquei com a com a ideia que, de facto, havia já lugar escolhido para a construção das piscinas ou, para o próprio projeto. -----

Por conseguinte, eu já há muitos anos internamente dentro do Partido porque este assunto já foi debatido muitas vezes. Das tais Piscinas Olímpicas, como o senhor Presidente, às vezes costuma falar com os tais tanques do anterior Presidente do PSD e por aí fora. Sei disso que é verdade, é verdade o senhor Presidente tem razão não há que fugir ao assunto é verdade, mas eu quero que fique bem claro aqui uma coisa, eu não sou contra a construção das novas Piscinas e de se recorrer ao financiamento bancário como aqui já afirmei que eu estaria disponível para, de facto votar a favor desse pedido financeiro mas, defendo essa infraestrutura de raiz, num novo espaço, sempre defendi há cerca de trinta anos, que eu defendia isto internamente. O senhor Presidente não sabe mas digo-lhe, eu nunca defendi ser naquela zona, aquela zona não é adequada por causa das Termas, que seja de futuro uma zona de lazer e, de recreio, sem riscos um espaço com alguma dimensão para o futuro, com relvado, com várias espécies de árvores adequadas ou, uma Piscina com guarda-sóis, com um mini parque aquático para jovens, um balneário, bares, chuveiros, casas de banho. Este seria o meu projeto. É, aquilo que eu defendo e, aquilo com o qual eu sempre me vim debatendo, e estas seriam de facto as Piscinas que os flavienses merecem, ao fim de tantos anos com promessas do PSD, as tais Piscinas olímpicas, os tais tanques do PSD, também, na altura que nada andou porque sempre defendi um novo espaço, como hoje o estou a fazer aqui, Sempre defendi isso, o senhor Presidente, apresenta a reconstrução e, a construção de novos tanques Piscinas, o PS vai cometer um segundo erro, o PS iniciou a construção das Piscinas do Rebentão e, depois foram acabadas pelo PSD, como normalmente acontece quando, de facto, uma Câmara perde o mandato e foi o nosso caso, também, em relação ao Museu das Termas Romanas, mas, de facto, vem com a defesa dizer que não precisa de expropriar ou, de adquirir terrenos para construir as novas Piscinas pois aí foi do erro que o PSD e, hoje estamos a falar outra vez noutras Piscinas e, em meu entendimento, o que vai acontecer no futuro é que as Piscinas que o senhor Presidente quer construir e eu concordo consigo o senhor Presidente, tem toda a liberdade e pensar que, de facto, ali é o melhor lugar mas, vamos



continuar com a situação em banho maria. Se calhar, daqui a dez ou, quinze anos, estamos outra vez a falar em novas Piscinas porque o espaço não é o adequado para se construírem ali, porque ali é uma zona de lazer e, causa muitos problemas aos flavienses pela seguinte razão: é uma zona urbana, estão de certeza a debater um projeto de tanques que, de facto vai perturbar e, vai criar muitos inconvenientes ao pessoal, às populações incluindo os moradores que gostam de andar a passear na zona Polis, aos ciclistas, ao parque infantil que já existe e, a destruição de parte dos jardins, e o que é que vai acontecer ali naquele espaço? É uma anarquia com os bares, estacionamento, que vão provocar uma confusão nos meses de verão e, por último se o doutor Mário Carneiro, fosse vivo o qual o PS colocou um busto e muito bem, nas Termas ele mandava-se ao ar porque, estão a dar cabo da galinha dos ovos de ouro, as Termas. As Termas devem ser protegidas eu jamais faria qualquer coisa que tirasse de facto a beleza natural que o espaço tem com os Balneários Termais e com o resto que já existe no arranjo urbanístico que foi feito, ainda, no tempo do PSD. Por conseguinte ninguém sabe o que está na parte subterrânea das águas Termais, o PS, quer fazer uma coisa muito simples aproveitar a Piscina que já lá existe, criar uns tanques como queria o arquiteto António Cabeleira, também, falou nisso como o senhor Presidente sabe mas aquilo não vai resolver problema nenhum eu também queria saber o que é o PS pensa e o senhor Presidente das Piscinas do Rebentão? -----

Por último, quero dizer que se os senhores construírem as Piscinas e eu é a última vez que vou falar de Piscinas, constroem-se e por mim fica o assunto arrumado mas, quero que saibam que eu já há trinta anos, ou daí para cá eu defendia e defendo outras Piscinas noutro lugar, com outra dimensão, com outras condições, e que tivesse sempre condições de alargamento e de criar, de facto, as tais ditas condições como acontece em muitas cidades e vilas deste País. Conheço muitas Piscinas desse género e, essas é que são, de facto, Piscinas de futuro. Agora, construir as Piscinas num lugar porque quando de facto elas foram construídas havia a garagem Moderna, havia a garagem do Carvalho, havia a quinta do Durão, havia a quinta do César da drogaria, havia a quinta do Reina, havia não sei quê e, por conseguinte, aquele espaço era todo de quintas e ali era o lugar da feira do gado, lembro-me muito bem de miúdo conheci aquele espaço todo andei muito por ali. Por conseguinte, tenho que, de facto, que reconhecer que o senhor Presidente tem a coragem de levar o seu projeto à frente e vai levá-lo e concordo, concordo dentro da minha perspetiva, que sempre defendi e defendo que seria noutro lugar e outro tipo de Piscinas, eu votarei a favor do financiamento como prometi aqui, já muitas vezes e que estava e estou de acordo com o senhor Presidente, que recorresse a financiamentos para fazer obras e que não se importasse com o endividamento que, eu também não me importo, por conseguinte, esta é a minha posição por causa dos meus princípios, eu vou abster-me. -----

Francisco António Taveira Ferreira, pelo PSD, no uso da palavra disse: -----

Reitero cumprimentos aos senhores Presidentes e a todos os presentes nesta sala é só para dizer duas coisas muito simples: O que vai ser votado é o projeto base elaborado para a construção das novas Piscinas Municipais de Chaves? Então o que é que vai ser votado senhor Presidente são aquelas obras todas que o senhor Presidente falou? Não, é o que está aqui escrito pretensão o projeto base elaborado para a construção das novas Piscinas Municipais de Chaves. Leio a proposta? Não preciso de ler a proposta o PSD primeiro o senhor Presidente se quiser esclarecer isso melhor o que é que efetivamente vamos votar hoje? Segundo o PSD, vai abster-se em consonância com os votos dos senhores Vereadores. Muito obrigado. -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia, senhor Secretário, senhora Secretária, senhoras e senhores Membros desta Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidente de Junta, público aqui presente, comunicação social, staff de apoio. -----

Sinceramente quando li a declaração de voto do PSD na Câmara Municipal e agora repetida nesta Assembleia Municipal, apensa consigo extrair uma conclusão. Como já perceberam que este Executivo promete e cumpre, o PSD está a tentar arranjar todos os artifícios e mais alguns para induzem atrasos ao processo de construção da piscina, mas tal não terá eficácia e por isso não se vai adiar por mais dezasseis anos. Dezasseis anos, foi esse o tempo que os senhores levaram para concretizar este projeto e que não o concretizaram, sendo que, na minha perspetiva, deviam ter algum pudor neste processo,



porque se existe matéria em que deviam ter alguma reserva, devia ser neste processo devia, porquê? Porque andaram a enganar sucessivamente os flavienses com a Piscina, a tal Piscina Olímpica, sem estudo, sem projeto, sem saber se podia ser construída. Pois bem, sabem para onde estava projetada esta Piscina? Para um local em que não podia ser construída, mentindo aos flavienses, pois sabiam que não podia ser construída. Tal comportamento é feio, é desonesto. Mas sabem aonde era? Onde está o MACNA neste momento. Como imaginam, esta Piscina jamais podia ser feita ali e, portanto, exige-se a um Autarca que tenha pelo menos algum bom senso e razoabilidade, para quê?! Para que perceba se os processos, se os projetos têm algum mínimo de razoabilidade e, portanto, apenas para enganar em época de eleições, fazer cartazes, este foi um dos muitos. Nesse capítulo, podemos falar também da Cidade Desportiva ou podemos falar de outras coisas também. Continuar com esta postura tentando enganar, dizendo que são a favor da Piscina e depois votam desta forma, é lamentável. Primeiro puderam fazê-la, não a quiseram fazer e permitam-me, ainda, que dê também aqui uma nota. Nós quisemos, no quadro comunitário 2030, tentar ver se conseguíamos financiamento para a Piscina, e então o que é que nós fizemos?! Construímos uma proposta no sentido de propor que iríamos fazer uma reabilitação urbana de toda a margem direita, sendo que a intenção passava por apresentar uma proposta de reabilitação urbana e fazer uma intervenção naqueles jardins todos e no edifício e inseríamos o edifício como se fosse uma peça da componente da reabilitação urbana, regeneração urbana melhor dito. Sabem qual foi a resposta, redigida numa linha, por parte da Comissão de Coordenação, *“equipamentos desportivos já tiveram um quadro para ser financiados, ponto final parágrafo”*. Esta resposta leva-nos, outra vez, para a velha questão de conhecer quais os motivos que justificam a não construção da piscina, quando existia capacidade para a financiar em 85%?! Por outro lado, temos hoje uma dificuldade crescente, sem recursos, sem meios financeiros, e que nos obriga a avançar para um equipamento absolutamente necessário tendo que recorrer a crédito. Como é que as senhores e senhores Membros desta Assembleia Municipal do PSD vêm defender esta posição?! O local não é adequado? Eu pergunto, alguém dos senhores aqui presentes fez um estudo do custo do funcionamento de uma Piscina Olímpica?! Alguns dos senhores Membros desta Assembleia Municipal do PSD?! Então propõe-se uma Piscina Olímpica não se sabendo quanto custa e não se sabendo quanto é que custa a manutenção, anualmente?! Nós já temos, perdoem-me a expressão, um elefante branco, o MACNA, que nos custa meio milhão de euros por ano e querem que lhe lembre outra vez a questão dos terrenos?! Querem que lhe lembre outra vez a questão dos terrenos?! O que é que foi a expropriação do Pólis?! O que é que foi a expropriação para o MACNA?! Foi uma desgraça para o Município de Chaves, foram milhões de euros que ainda pagámos há pouco tempo, tratando-se de algo absolutamente inaceitável. E, portanto, vir aqui dizer que um projeto que reabilita integralmente as Piscinas, vão ser completamente novas, que integra dois tanques de vinte e cinco metros e mais um tanque de aprendizagem, mais umas estruturas de apoio, naquele local central que se constitui como uma vantagem, é bom para os nossos idosos, pergunte aos nossos idosos se antes querem para ir para fora da cidade ou se querem ter uma Piscina ali no centro?! Perguntem às nossas crianças que estão no Desporto Escolar se querem ir para fora da Cidade ou se querem ir para ali?! Perguntem à nossa população aonde é que eles querem ir. Estou radicalmente contra a sua opinião, quer nos terrenos, quer na localização, mas existe uma questão essencial para mim, chamada sustentabilidade. Eu sei que o PSD não se preocupa com a sustentabilidade, porquê?! Porque quando nós chegámos, a Câmara estava falida, claro que não se preocupa com a sustentabilidade, claro que não se preocupa com sustentabilidade, pois está habituado a propor obras que não vai fazer, que não fez, que não quis fazer e depois, ainda assim, acusam os outros de falta de visão, de falta de sustentabilidade, não! Rigor, critério e competência tem sido a marca da gestão autárquica do PS nestes últimos anos, contrariando a vossa. Posso aqui dizer, os 38 milhões de euros que deviam e que geravam 1 milhão de euros de juros por ano, sendo que hoje não geram essa dificuldade, apesar da subida de juros. Hoje temos menos de metade dessa dívida e, portanto, parece-me até provocador que estas declarações aqui sejam produzidas, e tão mais provocador é quando votam em sentido contrário ao que aconteceu há dois anos, das duas uma, ou estavam enganados na altura ou estão agora em algum dos momentos estarão enganados, não podem estar certos em ambos os momentos. Depois dizer que a presente proposta vida declarar o interesse municipal, é isso, só é isso. Portanto, exigia-se numa matéria com tanto histórico, com tanto erro, com tanta incompetência do PSD que estudassem melhor os dossiers. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e seis votos a favor e nove abstenções. -----



O Deputado Municipal, **João Luís Gonçalves Rodrigues**, pelo **PSD**, efetuou declaração de voto. -----
Renovo os cumprimentos que fiz na primeira intervenção pedindo desculpa aos senhores secretários porque há pouco não os cumprimentei como tal as minhas desculpas está bem? Muito obrigado. -----

“Considerando que em reunião de sede no PPD/PSD, para a preparação da reunião da Assembleia foi aprovado que os deputados tinham liberdade de voto referente ao ponto número 6 que estamos a discutir piscinas municipais de acordo com o Regimento no ponto 34 liberdade de voto. -----

Considerando que o processo de remodelação e ampliação, foi aprovado em reunião de Câmara no dia 15/09/2022 por unanimidade, Ata nº 4. -----

Considerando que em reunião da Assembleia municipal no dia 28/09/2022, foi aprovada por unanimidade o referido no ponto nº2, atrás supracitado através da aprovação por unanimidade na ata de 15/09/2022 reunião de Câmara por unanimidade. -----

Considerando que na ata do dia 15/09/2022, na folha 173 que nos foi distribuída, ponto 2.3, no enquadramento, foi apresentada a informação/proposta de datada a 26/08/2022 em reunião do município. Considerando que o ponto 2.3 está especificado o enquadramento legal, referindo que ficou aprovado por unanimidade a consulta através de uma plataforma eletrónica designada por SIRJUE, os pareceres às seguintes entidades: -----

Direção Geral de Energia Geológica; Instituto Português do Desporto e da Juventude; Autoridade da Proteção Civil e Agência Portuguesa do Ambiente. -----

Considerando que em reunião de Câmara Municipal de 15/09/2022 na folha 175 que também nos foi distribuída o executivo municipal deliberou por unanimidade, reconhecer o interesse público das obras de remodelação e ampliação das piscinas municipais cobertas em Chaves, sendo esta proposta do interesse estratégico para a região. -----

Deliberou o Executivo propor à Assembleia Municipal a adoção e a deliberação, aprovada por unanimidade. -----

Considerando que na reunião datada 28/04/2022, esta Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, pelos presentes neste auditório, já que alguns deputados na hora da votação se ausentaram ou por necessidades fisiológicas ou outros motivos, aliás o que já é apanágio. -----

PONTO 7 - PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DE CHAVES – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO PLANO – INFORMAÇÃO Nº 605/DA/2024, DO CHEFE DE DIVISÃO ENG.º PAULO VALOURA DE 30.08.2024; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Reitero cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, aos senhores Secretários, também aos senhores e senhora Vereadores e todos os distintos Membros desta Assembleia Municipal e em geral todos os presentes. Uma nota muito breve, apesar do assunto ser muito importante e se encontrar relacionado com as questões relativas às alterações climáticas. Os Municípios ficaram vinculados a aprovarem um Plano Municipal de ação climática que, naturalmente, traduz o conjunto de obrigações que constam da Lei do Clima que é a Lei 98/2021 e de uma construção técnica e de um período de discussão pública. A proposta tem um conjunto muito significativo de informação, tem também um conjunto de hierarquização no que diz respeito a prioridades, mas, no essencial, o que nós procuramos com este trabalho, é avaliar as questões relacionadas com os impactos no território de Chaves no que se relaciona com as alterações climáticas, seja na questão do solo, do ar, da água, particularmente das cheias, naturalmente com os incêndios e também outros impactos que possam ter com aquilo que tem a ver com esta necessidade de diminuir a produção de CO2. Do documento consta um conjunto de diagnósticos, de análises e depois tem uma propositura no que diz respeito às intervenções importantes, elas são múltiplas, são muito abrangentes e com certeza vão permitir que as políticas e a ação municipal possam estar alinhadas com aquilo que são os referenciais técnicos. Por isso, eu peço a aprovação deste documento para que possamos, até nalguns casos, fazer algumas candidaturas a fundos comunitários, porque sem isso, sem este elemento enquadrador não teremos essa possibilidade, mesmo que sejam medidas muito pontuais relacionadas com estas matérias e também com a proteção civil. Muito obrigado. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, efetuou um pequeno esclarecimento a esta Assembleia Municipal: -----



Vou voltar um pouco atrás, porque eu gosto das coisas muito claras, eu sou Claro de nome e claro, também nos princípios e também na atuação. Eu acho que tenho dado provas nesta Assembleia a minha total isenção nestas questões. O documento que rege esta nossa atuação, chama-se Regimento e foi aprovado por esta Assembleia e diz o seguinte: -----

“Artigo 34º - Declarações de Voto -----

- 1. Cada Deputado Municipal tem o direito a fazer, no final de cada votação, uma declaração de voto, esclarecendo o sentido da sua votação. -----*
- 2. As declarações de voto podem ser escritas ou orais, não podendo exceder, neste último caso, cinco minutos. -----*
- 3. As declarações de voto escritas são entregues na mesa até ao final da sessão.” -----*

Pelo que, doravante, eu peço que, sempre que for possível, entreguem por escrito as vossas declarações de voto. Muito obrigado estamos esclarecidos neste ponto. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 8 - PROPOSTA DE DOAÇÃO DA “ESCOLA PRIMÁRIA DE MAÇOS”, EM VISTA À PROSECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA FREGUESIA. DONATÁRIA: FREGUESIA DE NOGUEIRA DA MONTANHA. PROPOSTA Nº 105/GAPV/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 9 - PROPOSTA DE DOAÇÃO DE TERRENO EM VISTA À AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DA POVOAÇÃO DE EIRAS. DONATÁRIA: FREGUESIA DE EIRAS, SÃO JULIÃO DE MONTENEGRO E CELA. PROPOSTA N.º 109/GAPV/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 10 - FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO – APOIO FINANCEIRO RELATIVO AO ANO LETIVO DE 2024/2025. PROPOSTA Nº 104/GAPV/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 11 - CASA GRANDE DO SEIXO – NOBREXPOENTE, LDA. – LICENÇA DE PUBLICIDADE - INFORMAÇÃO Nº 14 /DDEF/2024; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito boa tarde novamente, senhor Presidente, senhores secretários, senhora e senhores Vereadores, senhores Membros desta Assembleia Municipal. Esta proposta encontra-se relacionada com o reconhecimento de uma prescrição relativa a uma taxa que teria que ser paga por uma casa, no caso, “A Casa Grande do Seixo” que é um Turismo Rural, e que pela circunstância de ter feito publicidade à sua casa com placa colocada no espaço público, teria que pagar uma taxa em 2015. Houve um pedido e reconheceu-se que, de facto, o poder de cobrança, o direito de cobrança estaria percutido e, portanto, a prescrição seria possível, a Câmara reconhece a prescrição relativamente a esta taxa municipal. Na minha opinião, só teria que vir à Assembleia Municipal para conhecimento e não para votação, porque o que se trata aqui, é de reconhecimento da prescrição de uma taxa municipal devida pela afixação de publicidade. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO 12 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA PADRE JOAQUIM MARCELINO FONTOURA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, – PROCESSO Nº 406/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 464/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 12/06/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 13 - SOLICITA MARCAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA – NA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES, NA FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - PROCESSO Nº 434/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 468/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 13/06/2024; -----

Não se registaram intervenções -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO 14 – COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA RAINHA DONA LEONOR, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, – PROCESSO Nº 546/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 524/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 26/06/2024; -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 15 - SOLICITA LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE – NO CAMINHO VELHO DO SEARA, NA FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - PROCESSO Nº 635/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 639/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 02/08/2024; -----

Não se registaram intervenções -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 16 – COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA DO VALE DO GROU, JUNTO AO CRUZAMENTO COM A RUA DO ESTÁDIO, FREGUESIA DE BUSTELO, – PROCESSO Nº 669/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 660/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 08/08/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO 17 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NO LARGO DO PICADEIRO, NA FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 702/DPM/2024 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 02/09/2024. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Antes do encerramento da sessão, o Senhor Presidente da Mesa propôs que a Ata fosse aprovada em forma de minuta. A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Por último, no uso da palavra, Altamiro da Ressurreição Claro, Presidente da Assembleia Municipal, disse: Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal, comunicação social, serviços de apoio quero agradecer o vosso trabalho, o vosso empenhamento e a vossa colaboração, muito obrigado e até uma próxima reunião da Assembleia Municipal. -----



De seguida, deu como encerrados os trabalhos da presente Sessão, de que, para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa e subscrita por mim, Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que transcrevi e também assino. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

(Altamiro da Ressurreição Claro)

O Primeiro Secretário

(Anselmo José Martins)

O Segundo Secretário

(Isabel Maria Ruivo Seixas Martins)

A Assistente Técnica

(Maria de Fátima dos Santos Machado Silva)

